

1. Contexto operacional

A Taurus Armas S.A. (“Companhia”), sediada em São Leopoldo/RS, foi constituída em 17 de novembro de 1939. Companhia brasileira de capital aberto desde 1982, e desde 2011 listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (símbolos de negociação são TASA3, TASA4). Sua controladora e holding é a BYK Participações S.A., que por sua vez é controlada pela CBC AMMO LLC, localizada em Delaware, Estados Unidos da América.

A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios, Capacetes e Acessórios e M.I.M. (“Metal Injection Molding”). Possui três plantas industriais, sendo duas situadas no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e no Paraná e outra em Bainbridge, no Estado da Geórgia nos Estados Unidos.

A Taurus é credenciada como EED - Empresa Estratégica de Defesa e, desta forma, está habilitada a fornecer produtos para as Forças Armadas do Brasil. Suas vendas no Brasil estão direcionadas para polícias estaduais, federais, civis e militares, além do mercado civil.

No exterior, além de distribuir produtos das marcas TAURUS e ROSSI produzidos no Brasil, a unidade de Bainbridge fabrica modelos de pistolas TAURUS e revólveres HERITAGE. As vendas para os Estados Unidos atendem, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões.

Operação de capacetes

Em março de 2018, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de alienação da operação de capacetes. Para a condução desse processo foi contratada consultoria especializada. Devido à decisão de venda do investimento, esse foi classificado como “mantido para venda” e contabilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5). A operação de capacetes possui unidade de produção em Mandirituba/PR.

A Companhia permanece avaliando propostas recebidas para a venda de sua operação de capacetes. Considerando que a Companhia visa obter o retorno do valor que realmente o negócio possui, que não se encontra pressionada a realizar ativos para suprir demandas de seu caixa e que esta operação permanece em atividade, a Companhia, decidiu retornar essa operação como atividade operacional nas informações financeiras intermediárias de março de 2021. Desde essa data, os saldos relativos a essa operação de capacetes encontram-se incluídos nos saldos consolidados da Companhia.

Joint Venture de Acessórios

Em outubro de 2020, após autorização do seu Conselho de Administração, a Companhia assinou um acordo para criação de uma joint venture, para a fabricação e comercialização de carregadores e outros componentes estampados de armas leves para o mercado nacional e internacional.

Para a criação da *Joint Venture* foi firmada com a Joalmi Indústria Metalúrgica Ltda. (“Joalmi”), com mais de 30 anos de atuação no setor automotivo e com expertise em engenharia, tecnologia e desenvolvimento de peças estampadas em metais ferrosos e não ferrosos, montagem de produtos com alta complexidade, em sua maioria, relacionadas à sistemas de segurança automotiva.

A tecnologia empregada na fabricação dos carregadores, além de ser considerada pela Companhia como estratégica, é fundamental para o perfeito funcionamento e segurança das armas. A criação da *Joint Venture* visa tornar a Taurus autossuficiente na produção de carregadores, mercado atualmente dominado por poucos fornecedores estrangeiros. Além disso, objetiva propiciar uma forte redução de custo para as operações da Companhia, com uma logística integrada e ágil, flexibilidade de volumes agregando valor ao Centro de Tecnologia e Engenharia da Taurus.

A Taurus JM obteve a liberação dos trâmites de Junta Comercial para iniciar as operações no parque industrial da Joalmi, em Guarulhos (SP) no início de setembro de 2021 e desde então vem produzindo e comercializando conjuntos de carregadores para a Taurus Armas.

A estratégia da Companhia para o ano de 2022 é transferir toda a produção da Taurus JM de Guarulhos (SP) para a cidade de São Leopoldo (RS) dentro do complexo industrial onde também fica localizado a Taurus Armas S.A. Vide maiores informações sobre essa Joint Venture na nota explicativa 15.

Joint Venture CBC Taurus Arábia Holding

Em 30 dezembro de 2021, após autorização do seu Conselho de Administração, a Companhia assinou um acordo para criação de uma joint venture com sua parte relacionada Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) para constituição de uma Joint Venture como parte das estratégias de internacionalização de suas atividades com o objetivo de fomentar oportunidades de negócios na Arábia Saudita.

O objetivo principal dessa Joint Venture é possibilitar a busca e prospecção de forma mais eficiente de oportunidades de negócios nesse relevante mercado, especialmente considerando os planos do governo do país de estabelecer uma base industrial de defesa local, no âmbito da estratégia denominada "Visão 2030".

Suas principais atividades poderão incluir a gestão de subsidiária e holdings, fornecimento de empréstimos, garantias e financiamentos a empresas afiliadas e detenção direitos de propriedade industrial.

A Joint Venture Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holdings teve o capital social integralizado em 30 de agosto de 2022 e ainda está operando em seus estágios iniciais. Vide maiores informações sobre essa Joint Venture na nota explicativa 15.

Equacionamento Econômico/Financeiro

Em 18 de julho de 2018, a Administração da Companhia concluiu o processo de renegociação e formalização de assinatura de contratos de dívidas com o Sindicato de Bancos (Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú e Banco Bradesco), bem como o processo de renegociação de sua terceira emissão pública de Debêntures com o Banco Haitong.

A operação conta com as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas das empresas Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ("Alienação Fiduciária"); (ii) hipoteca de segundo grau de dois imóveis localizados em Mandirituba/PR e dois imóveis localizados em Porto Alegre/RS e hipoteca de primeiro grau de um imóvel localizado em São Leopoldo/RS ("Hipoteca"); (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos; e (iv) Penhor das Ações da Taurus International.

Como opção adicional para auxiliar no equacionamento econômico e financeiro, a Companhia mantém sua estratégia de: (a) desinvestimentos de ativos *non-core*, a saber: a operação de capacetes (historicamente rentável e lucrativa), cuja decisão de venda e autorização para os esforços de venda foram efetuados pelo Conselho de Administração em março de 2018, além de extenso terreno em região residencial nobre de Porto Alegre, onde se localizavam as antigas instalações da Companhia; e (b) forte plano de reestruturação, que segue em andamento com algumas etapas e com acompanhamento da Administração e outras etapas concluídas, que foram conduzidas por uma consultoria especializada contratada.

O referido plano de reestruturação, em curso, apresentou resultados positivos ao longo do exercício de 2018 com melhoras substanciais em 2019. A Companhia avalia que teve ganhos de eficiência em 2020, como melhora na redução de seus custos produtivos, aumento de escala produtiva, melhor diluição das despesas financeiras, melhoras substanciais na qualidade de seus produtos e fortalecimento dos seus processos e espera continuar trazendo ganhos nos próximos anos especialmente na sua operação americana com a nova fábrica em Bainbridge, Georgia/EUA.

Renegociação da Dívida

Em 8 de junho de 2020, o Conselho de Administração em reunião extraordinária autorizou a Companhia a assinar junto ao Sindicato de Bancos um Waiver prorrogando o pagamento da dívida até o dia 31 de agosto de 2020, e durante este período as partes repactuaram os termos do contrato atual alinhado ao momento de pandemia instaurado. Este aditamento do contrato permitiu à Companhia diluir as parcelas de principal em seu fluxo de caixa.

No dia 10 de agosto de 2020, foram assinados os aditivos contratuais referentes aos novos termos e condições para o pagamento das obrigações assumidas perante o Sindicato dos Bancos, os quais contemplam o reescalonamento do pagamento do principal que ocorreria em junho de 2020, que seria 15,07% passou a ser 0,29%, e a parcela de dezembro de 2022 passou de 63,81% para 60,00%. Estes dois ajustes foram diluídos entre as prestações de junho de 2020 e novembro de 2022. Houve um incremento de 0,50% ao ano prospectivo na taxa do Spread Bancário. Quanto as garantias reais, foi acrescido o penhor das ações da subsidiária nos Estados Unidos da América. O montante será adequado ao fluxo de caixa futuro da Companhia e diluído nos próximos 7 meses juntamente com os demais valores e prazos de vencimento já acordados na posição contratual anterior.

Abaixo, o quadro demonstrando percentualmente as amortizações, após a última renegociação:

SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO ANTES RENEGOCIAÇÃO	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO APÓS RENEGOCIAÇÃO 31.07.2018	SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO APÓS RENEGOCIAÇÃO WAIVER JUNHO 2020
PPEs e DEBÊNTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAÚ, HAITONG. 23,07 % DA DÍVIDA EM 2018 30,76 % DA DÍVIDA EM 2019 30,76 % DA DÍVIDA EM 2020 15,41 % DA DÍVIDA EM 2021	PPEs e DEBÊNTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAÚ, HAITONG. 10,71 % DA DÍVIDA EM 2019 15,90 % DA DÍVIDA EM 2020 2,80 % DA DÍVIDA EM 2021 70,59 % DA DÍVIDA EM 2022	PPEs e DEBÊNTURES BANCOS BRADESCO, BRASIL, SANTANDER, ITAÚ, HAITONG. 14,03 % DA DÍVIDA EM 2021 72,86 % DA DÍVIDA EM 2022 (*)

(*) Até o dia 30 de setembro de 2022, a Companhia antecipou ao sindicato dos bancos para amortização da dívida, parte do percentual previsto para 2022. Restando 19,97% até o final deste exercício.

Com a celebração desses aditamentos a Companhia se mantém adimplente com seus credores, reescalando o pagamento do seu endividamento que será suportado, exclusivamente, pela geração própria de caixa para continuar o processo de desalavancagem financeira. Essa negociação foi baseada na confiança dos bancos na atual gestão da Companhia, reforçando o compromisso com todos os seus públicos envolvidos e está plenamente alinhada com a estratégia de reestruturação da Taurus, baseada em rentabilidade sustentável, qualidade e melhora dos indicadores financeiros e operacionais. Até 30 de setembro de 2022 o total dos pagamentos efetuados correspondem ao montante de R\$ 751,2 milhões, o que representa 80,03% referente ao principal do total da dívida.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Base de elaboração

a) Declaração de conformidade

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e estão identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e o IAS 34, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia.

As informações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou

passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto quando requerido de forma distinta por outro pronunciamento contábil.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram analisadas pelo Comitê de Auditoria, e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2022, estando os saldos aqui apresentados como período comparativo.

b) Declaração da Administração

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2022, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 02 de novembro de 2022.

2.2. Base de consolidação

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até o período findo em 30 de setembro e seus respectivos períodos comparativos. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não controladores.

Abaixo listamos as entidades controladas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas:

Empresa	País	Participação Societária	
		2022	2021
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Holdings, Inc. (**)	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (*)	Brasil	100,00%	100,00%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
T. Investments Co. Inc.	Panamá	100,00%	100,00%

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas.

(**) a Taurus Holdings, Inc. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc, Heritage Manufacturing, Inc, Braztech International, L.C., Inc. e Tamel Properties, Inc.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas informações financeiras intermediárias consolidadas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado segue a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas e fluxos de caixa decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas; e
- Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo.

2.3. Investimento em joint ventures

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de joint ventures são incorporados nestas informações financeiras intermediárias pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a CPC 31/ IFRS 5 “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da joint venture. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma joint venture ultrapassa a participação da Companhia nessa joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na joint venture), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da joint venture.

Um investimento em uma joint venture é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma joint venture. Na aquisição do investimento em uma joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

As exigências da IAS 36/CPC 01 (R1) – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma joint venture. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc.,

sediada nos Estados Unidos da América, e da controlada T. Investments Co. Inc., sediada no Panamá, é o Dólar Americano, e seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço e seus resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As diferenças cambiais resultantes do processo de conversão da controlada no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional de cada empresa utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 9 - Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa), 10 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 13 - Imposto de renda e contribuição social, 14 - Ativos mantidos para venda (*impairment*), 16 - Imobilizado (*impairment*), 17 - Intangível (*impairment*), 22 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e 23 - Instrumentos financeiros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis efetuados pela Companhia durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que afetam mais significativamente os valores reportados nas informações financeiras intermediárias.

Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa): As vendas para clientes finais são realizadas por cartão de crédito, a Companhia tem a opção de antecipar sem risco de inadimplência, pois os contratos com a operadora possuem condição contratual de não regresso, além do que a mesma aumentou o volume de suas vendas com sua controladora Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC e não há inadimplência com esta, que no atual cenário também vive circunstâncias de potencial demanda.

Estoques (perdas estimadas de estoques): Devido ao aquecimento de mercado a Companhia está com alta demanda para seus produtos acabados, assim como para os materiais que compõe seu produto, de forma que não se identifica alterações que pudessem ensejar atenção especial a esta questão.

Imposto de renda e contribuição social: A Companhia em razão de seus resultados passados possui prejuízo fiscal acumulado que diante das mudanças em sua gestão operacional e mudanças de mercado poderá se utilizar rapidamente na apuração dos resultados tributáveis futuros, visto sua capacidade atual e projeção futura de geração de lucros. Porém, a Companhia ainda possui dívida relevante que impacta significativamente seu resultado financeiro contribuindo para a redução do resultado tributável e nossas estimativas visam a cobertura destas situações e toda influência que possa afetar a base tributária.

Ativos mantidos para venda, Imobilizado e Intangível (*impairment*): A Companhia, através de estudos econômicos projetados por consultoria técnica especializada, demonstra a capacidade de geração de caixa através de seus ativos, não indicando ajustes de *impairment* necessários, assim como esforços importantes e ou urgentes para a realização de seus ativos mantidos para a venda.

Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 35%, conforme estatuto social da Companhia, é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: A Companhia possui um forte gerenciamento de seus riscos, com adequadas avaliações técnicas que denotam que não há implicações específicas ligadas a pandemia que possam alterar ou aumentar os riscos existentes e ou conhecidos.

Instrumentos financeiros: Na contramão de outros segmentos que foram afetados por quedas de mercado, necessidade de captações, entre outras questões, a alta demanda no segmento da Companhia vem viabilizando uma melhor condição de caixa, disponibilidade de linhas de crédito, e não há identificação de possíveis alterações também em seus instrumentos financeiros passivos.

A Companhia avaliou sua cadeia de fornecimento, as demandas atuais de mercado, a capacidade de liquidação de seus clientes, sua capacidade financeira e obtenção de financiamentos, assim como a continuidade de suas operações. A Companhia, como parte das análises descritas acima, revisou suas provisões, estimativas, cálculos de *impairment*, e, as mesmas, não indicam alterações e necessidades de constituição de provisões ou alterações em seus números.

Diante de todas as circunstâncias elencadas e avaliadas, não há impactos que como já mencionado, ensejem em alterações de critérios, mudanças em provisões ou qualquer outra contingência cabível.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu controles relacionados à mensuração de valor justo que contempla a avaliação periódica dos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia utiliza o Nível 2 de informações para mensuração do valor justo.

4. Principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB. Os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração dessas informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2022 são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras anuais do

exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de março de 2022.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS emitidas pelo IASB não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias. A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. Essa demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

a) Instrumentos financeiros – política contábil geral

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, a Companhia não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

(i) Ativos financeiros não derivativos

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os ativos financeiros mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado.

Os instrumentos que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

Na data das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado; e aplicações financeiras e contas vinculadas, contas a receber de clientes, créditos com pessoas ligadas e outras contas a receber, classificados e mensurados ao custo amortizado.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Na data das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, fornecedores e outras contas a pagar, todos classificados e mensurados ao custo amortizado.

Baixa de passivo financeiro

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Por política contábil, a Companhia adota a classificação dos juros pagos como atividade de financiamento, de forma consistente em suas informações financeiras intermediárias.

(iii) Redução ao valor recuperável (impairment)

O Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre os valores a receber de clientes e outras contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na

data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável, conforme descrito na nota explicativa 5.1.

b) Novas normas, interpretações e revisões de normas vigentes

As principais novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2022 e adotadas pela Companhia são como segue:

(i) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual

Esta norma entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2022. Refere-se as alterações que atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989.

(ii) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Esta norma entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2022.

(iii) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato

Esta norma entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2022. Refere-se as alterações que especificam que o custo de cumprimento do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

Esta norma entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2022. Refere-se a alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

As principais novas normas ou alterações de normas e interpretações que ainda não são efetivas e não foram adotadas pela Companhia são como segue:

(v) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro.

(vi) Alterações à IFRS 10 (CPC 36(R3)) e à IAS 28 (CPC 18(R2)): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture).

Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou joint venture, o efeito da transação somente seria reconhecido no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado. As referidas alterações da norma possuem vigência para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

(vii) Alteração da norma IAS 1 (CPC 26(R1)) – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

(viii) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis

As alterações alteram os requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes".

(ix) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis

Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

(x) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) – Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)

Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

A Administração avaliou os impactos das normas acima nas informações financeiras intermediárias da Companhia, e não identificou efeitos significativos oriundos da adoção delas.

c) Plano de pagamento baseado em ações (Stock Options)

O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021, é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido, pela Companhia ao(s) diretor(es) estatutário(s), um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos (períodos de exercício).

O Conselho de Administração, que será o responsável pela administração do Plano, respeitadas as condições do referido Plano, as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e as disposições de Lei, da regulação da CVM e do Estatuto Social, poderá criar Programas de Opção de Compra (“Programa”) por meio dos quais serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, eventuais prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções, entre outras.

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração.

A participação do diretor estatutário em um programa de outorga não lhe garante sua participação em outorgas de opções posteriores.

Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do contrato de opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do diretor estatutário ou de qualquer forma promover o seu desligamento. As informações referentes ao plano estão descritas na nota explicativa 27.

No dia 18 de outubro de 2021, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“2º Programa”) incluindo a eleição do beneficiário deste 2º Programa e a definição das condições da outorga, quais sejam. Foram observados os termos e as condições do Plano, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2021.

d) Plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa (Phantom Shares)

O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia liquidadas em caixa, conhecido como *Phantom Shares*, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021 e tem por objetivo outorgar aos elegíveis direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa, como parte do pacote de remuneração variável, com vistas a reconhecer o êxito e a consecução dos objetivos propostos que permitiu o *turn-around* da Companhia e oferecer incentivo para a retenção dos executivos.

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função.

No total, o pagamento do bônus extra aos Beneficiários foi de 780.000 (setecentos e oitenta mil) *phanton shares*, correspondente à cotação média na B3 de 1 (uma) ação preferencial da Taurus Armas S.A. (B3: TASA4) nos 5 (cinco) pregões anteriores, incluindo a Data Base, considerando o preço máximo de R\$ 25,00. O pagamento foi realizado em

moeda corrente nacional, na data de 30 de dezembro de 2021. As informações referentes ao plano do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão descritas na nota explicativa 27. Até a data de aprovação dessas informações financeiras intermediárias, não existe nenhum plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa referente ao exercício de 2022.

e) Arrendamentos

A Companhia, através da sua controlada Taurus Holdings, Inc. (EUA) reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso conforme acordo com a Autoridade de Desenvolvimento do Estado da Geórgia, nos Estados Unidos onde está localizada a fábrica da Taurus.

5. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

5.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como instituições de baixo risco.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Para a receita da Companhia, há concentração de vendas para as Partes Relacionadas, Taurus International e Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, não havendo concentração de risco de crédito com outros clientes.

As aprovações de crédito são analisadas individualmente antes de os termos e as condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. Essa análise inclui avaliações externas e, em alguns casos, referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação de crédito; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar quando houver a liquidação dos títulos. Para órgãos públicos, a Administração da Companhia avalia individualmente a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios para realização da venda. A Companhia não possui clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas, exceto com suas partes relacionadas.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas física ou jurídica, varejista ou órgãos públicos, localização geográfica, tipo de indústria e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia, nas vendas realizadas para pessoas físicas, possui condição de antecipação de parte do valor da venda na intenção de compra, e o faturamento e entrega do produto só é realizado se não houver inadimplência.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco de crédito em 30 de setembro de 2022 foi:

	30-09-2022	Consolidado 31-12-2021	30-09-2022	Controladora 31-12-2021
Valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	111.501	185.764	89.645	65.399
Custo amortizado				
Recebíveis de clientes	428.357	515.163	248.147	360.933
Aplicações financeiras e conta vinculadas	252.831	70.778	242.657	70.778
Outras contas a receber	71.371	54.588	52.093	38.684
Total	864.060	826.293	632.542	535.794

Os saldos de clientes acima estão apresentados considerando a perda estimada (ver nota explicativa 9).

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes por região geográfica foi:

	30-09-2022	Consolidado 31-12-2021	30-09-2022	Controladora 31-12-2021
Doméstico – recebíveis de clientes	233.032	316.763	213.032	299.136
Estados Unidos – recebíveis de clientes	181.613	163.572	11.903	15.458
Outros	28.613	50.968	27.270	49.621
Total	443.258	531.303	252.205	364.215

A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	30-09-2022	Consolidado 31-12-2021	30-09-2022	Controladora 31-12-2021
Clientes – órgãos públicos	5.777	13.587	5.777	13.587
Clientes – distribuidores	351.281	412.293	186.401	268.543
Clientes finais	86.200	105.423	60.027	82.085
Total	443.258	531.303	252.205	364.215

Os saldos de clientes acima estão apresentados sem considerar a perda estimada (ver nota explicativa 9).

Provisão para perdas esperadas

Em conformidade com a norma CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a provisão para perdas esperadas leva em consideração indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente e as incertezas do contexto macroeconômico.

Em 30 de setembro de 2022 os vencimentos da carteira de clientes e da provisão para perdas esperadas estão apresentados da seguinte forma:

	30-09-2022			Consolidado 31-12-2021		
	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
Não vencidos	403.359	(2.274)	0,6%	434.203	(4.978)	1,1%
Vencidos há 0-30 dias	5.696	(210)	3,7%	52.115	(599)	1,1%
Vencidos há 31-60 dias	12.565	(1.378)	11,0%	7.298	(269)	3,7%
Vencidos há 61-90 dias	1.937	(308)	15,9%	3.434	(123)	3,6%
Vencidos há 91-180 dias	4.054	(641)	15,8%	6.888	(120)	1,7%
Vencidos há 181-360 dias	1.834	(425)	23,2%	8.507	(201)	2,4%
Vencidos há mais de um ano	13.813	(9.665)	70,0%	18.858	(9.850)	52,2%
Total	443.258	(14.901)		531.303	(16.140)	

	30-09-2022			Controladora 31-12-2021		
	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
Não vencidos	217.684	(513)	0,2%	328.760	(1.788)	0,5%
Vencidos há 0-30 dias	11.226	(137)	1,2%	25.809	(57)	0,2%
Vencidos há 31-60 dias	11.576	(1.340)	11,6%	4.074	(218)	5,4%
Vencidos há 61-90 dias	1.724	(303)	17,6%	459	(80)	17,4%
Vencidos há 91-180 dias	2.579	(565)	21,9%	127	(17)	13,4%
Vencidos há 181-360 dias	5.259	(339)	6,4%	2.136	(87)	4,1%
Vencidos há mais de um ano	2.157	(861)	39,9%	2.850	(1.035)	36,3%
Total	252.205	(4.058)		364.215	(3.282)	

5.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Consolidado 30-09-2022			
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	156.798	156.798	144.157	12.641
Empréstimos e financiamentos	185.944	199.478	199.478	-
Debêntures	56	65	65	-
Adiantamentos de câmbio	396.723	430.464	339.820	90.644
	739.521	786.805	683.520	103.285

	Controladora 30-09-2022			
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	111.365	111.365	98.724	12.641
Empréstimos e financiamentos	185.944	199.478	199.478	-
Debêntures	56	65	65	-
Adiantamentos de câmbio	396.723	430.464	339.820	90.644
	694.088	741.372	638.087	103.285

5.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetam os resultados da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas cumprem com obrigações financeiras para gerenciar os riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

(i) Risco de moeda (cambial)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

Análise de sensibilidade do câmbio

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e o Dólar em suas dívidas e suas contas a receber. Essa variação na cotação da moeda representa a avaliação da administração sobre a mudança razoavelmente possível na cotação. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho líquido de R\$ 30,4 milhões.

Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras (não incluindo os empréstimos e financiamentos) não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio tendo em vista que os prazos de liquidação são curtos.

(ii) Risco de taxas de juros

A Companhia está sujeita ao risco de taxas de juros que é referente ao risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente Libor e CDI.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao Libor e CDI.

Se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do período findo em 30 de setembro de 2022 diminuiria/aumentaria em R\$ 5,5 milhões. Essa variação nos indexadores de juros representa a avaliação da Administração da Companhia sobre a mudança razoavelmente possível nos indexadores. Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

(iii) Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para o desenvolvimento futuro do negócio agregando valor aos acionistas, credores e mercado em geral, através do monitoramento dos retornos sobre o capital, conforme posição apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30-09-2022	31-12-2021
Total do passivo	1.257.283	1.336.573
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(364.332)	(256.542)
Dívida Líquida (A)	892.951	1.080.031
Total do patrimônio líquido (B)	1.083.619	757.047
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (A/B)	0,82	1,43

6. Segmentos operacionais

As informações reportadas ao Diretor Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram na categoria dos produtos da Companhia. A Companhia possui três segmentos. Dois são divulgáveis representados por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e estratégias de marketing. As demais operações são agregadas no segmento “Outros”, pois não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação segregada conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico - IFRS 8/CPC 22 - Informações por Segmento. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos divulgáveis da Companhia:

Armas - O processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: usinagem (a partir de pré-formas usinadas e forjadas através de centros de usinagem, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, uma vez que todo o processo de forjaria e de algumas operações de usinagem encontra-se terceirizado), MIM - Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico, tratamento superficial, montagem final, teste funcional, gravação e embalagem; essas operações são realizadas pela Taurus Armas S.A., Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. A *Joint Venture* Taurus JM (antiga Taurus Plásticos Ltda.) foi criada para a fabricação de carregadores para as armas produzidas pela Companhia.

Capacetes - O processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS - Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Helmets Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.).

Outros - Resultado do segmento de MIM - Metal Injection Molding peças injetadas em metal a terceiros (Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda.). Inclui também gastos com assistência técnica e despesas financeiras da operação de máquinas, que foi descontinuada em junho de 2012 e outras operações como a fabricação e venda de óculos e prestação de serviços. Tais operações foram agregadas, pois não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação separada como segmento reportável.

O desempenho de cada segmento é avaliado trimestralmente com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos, uma vez que a Administração da Companhia acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nessas indústrias.

A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir:

	Armas		Capacetes(a)		Outros		Total	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Receitas externas	1.853.010	1.817.971	76.971	87.837	12.146	14.333	1.942.127	1.920.141
Receitas intercompanies	688.130	675.141	-	-	7.195	7.371	695.325	682.512
Custos das vendas	(952.388)	(928.958)	(52.993)	(60.778)	(10.546)	(8.894)	(1.015.927)	(998.630)
Lucro bruto	1.588.752	1.564.154	23.978	27.059	8.795	12.810	1.621.525	1.604.023
Despesas com vendas	(179.160)	(153.055)	(15.436)	(15.266)	(483)	(224)	(195.079)	(168.545)
Despesa gerais e administrativas	(131.003)	(128.408)	(5.343)	(4.865)	(2.187)	(1.643)	(138.533)	(134.916)
Depreciação e amortização	(13.053)	(13.059)	(206)	(221)	(1.333)	(1.297)	(14.592)	(14.577)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28.622	69.175	989	1.539	(1.485)	(747)	28.126	69.967
Resultado de equivalência patrimonial	(240)	-	-	-	(1.209)	(302)	(1.449)	(302)
	(294.834)	(225.347)	(19.996)	(18.813)	(6.697)	(4.213)	(321.527)	(248.373)
Lucro operacional	1.293.918	1.338.807	3.982	8.246	2.098	8.597	1.299.998	1.355.650
Receitas financeiras	279.122	167.938	1.460	1.122	954	1.102	281.536	170.162
Despesas financeiras	(296.866)	(236.615)	(1.473)	(1.985)	(4.935)	(873)	(303.274)	(239.473)
Resultado financeiro líquido	(17.744)	(68.677)	(13)	(863)	(3.981)	229	(21.738)	(69.311)
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	1.276.174	1.270.130	3.969	7.383	(1.883)	8.826	1.278.260	1.286.339
Eliminação das receitas intercompanies	(688.130)	(675.141)	-	-	(7.195)	(7.371)	(695.325)	(682.512)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	588.044	594.989	3.969	7.383	(9.078)	1.455	582.935	603.827
Imposto de renda e da contribuição social	(180.809)	(171.051)	(782)	(1.943)	(175)	(805)	(181.766)	(173.799)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(2.218)	(1.890)	-	-	(2.218)	(1.890)
Lucro líquido do exercício	407.235	423.938	969	3.550	(9.253)	650	398.951	428.138
Ativos dos segmentos divulgáveis	2.030.027	1.605.926	117.231	145.419	193.644	111.952	2.340.902	1.863.297
Passivos dos segmentos divulgáveis	1.194.168	1.207.497	26.959	29.511	36.156	24.456	1.257.283	1.261.464

Informações geográficas

As informações da receita líquida abaixo são baseadas na localização geográfica do cliente.

	Armas		Capacetes	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Mercado interno				
Região Sudeste	476.859	353.752	26.709	30.060
Região Sul	47.161	35.566	5.686	6.722
Região Nordeste	14.869	11.197	19.373	24.139
Região Centro-Oeste	12.364	7.222	13.218	14.051
Região Norte	12.727	5.291	11.734	12.312
	563.980	413.028	76.720	87.284
Mercado externo				
Estados Unidos	1.193.595	1.314.784	251	135
África do Sul	7.692	8.140	-	-
Alemanha	1.321	1.256	-	-
Argentina	1.695	3.140	-	-
Austrália	341	-	-	-
Bósnia e Herzegovina	-	281	-	-
Burquina Faso	1.270	6.440	-	-
Chile	861	1.571	-	-
Cingapura	593	636	-	-
Costa Rica	-	267	-	-
El Salvador	1.516	1.372	-	-
Espanha	348	-	-	-
Filipinas	12.985	13.781	-	-
França	1.384	3.756	-	-
Gana	3.038	6.440	-	-
Guatemala	12.950	7.142	-	-
Guiana	1.091	561	-	-
Honduras	-	1.687	-	-
Israel	730	908	-	-
Itália	1.066	1.225	-	-
Lesoto	-	271	-	-
Líbano	2.447	-	-	-
Macedônia	232	-	-	-
Madagascar	234	241	-	-
México	-	765	-	-
Moçambique	357	1.065	-	-
Namíbia	208	984	-	-
Noruega	-	361	-	-
Panamá	581	1.924	-	-
Paquistão	11.503	18.320	-	-
Peru	4.436	1.528	-	-
Polônia	2.634	1.248	-	-
República Dominicana	2.922	-	-	-
República Tcheca	2.324	1.013	-	-
Senegal	1.158	821	-	-
Sérvia e Montenegro	217	-	-	-
Tailândia	1.955	1.139	-	-
Turquia	12.261	104	-	-
Ucrânia	1.386	-	-	-
Uruguai	488	560	-	418
Zâmbia	469	534	-	-
Outros países	742	678	-	-
	1.289.030	1.404.943	251	553
Total Receita Líquida	1.853.010	1.817.971	76.971	87.837

Os outros segmentos da Companhia possuem suas vendas concentradas no mercado interno e pulverizadas por todas as regiões do Brasil. As vendas da Companhia e suas controladas não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente, com exceção às Partes Relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa 24. Aproximadamente 61,47% das receitas consolidadas do segmento Armas são direcionadas ao mercado civil americano, estando sujeitas às regulações daquele país.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Saldo em caixa	101	67	82	47
Ordens de cambio a liquidar (*)	59.289	54.096	59.156	53.831
Depósitos à vista	30.510	117.088	14.608	128
Aplicações financeiras	21.601	14.513	15.799	11.393
Caixa e equivalentes de caixa	111.501	185.764	89.645	65.399

(*) A Companhia recebe em liquidação de direitos como Contas a Receber em moeda estrangeira ordens de pagamento das quais ela pode conforme sua necessidade de caixa e melhor aproveitamento de taxa cambial efetuar o fechamento do câmbio e recebimento dos Reais equivalentes em seu caixa.

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas com taxas que variam entre 5% e 35% do CDI.

8. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de liquidez não imediata referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que não são prontamente conversíveis em caixa, considerando a data da transação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com sua categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

	Remuneração	Consolidado		Controladora	
		30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Certificado de depósito bancário - CDB	97% a 103% do CDI	252.831	70.778	242.657	70.778
Total		252.831	70.778	242.657	70.778
Circulante		231.626	70.778	221.452	70.778
Não circulante		21.205	-	21.205	-

9. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado deduzido das estimativas de perdas esperadas.

A Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Clientes no país	233.032	316.763	213.032	299.136
Clientes no exterior	210.226	214.540	39.173	65.079
	443.258	531.303	252.205	364.215
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no país	(8.741)	(9.120)	(1.106)	(1.472)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no exterior	(6.160)	(7.020)	(2.952)	(1.810)
	(14.901)	(16.140)	(4.058)	(3.282)
	428.357	515.163	248.147	360.933

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, incluindo a abertura de contas a receber por idade de vencimento, são divulgadas na nota explicativa 5. A movimentação da provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adições	
Reversão de provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa	
Variação cambial	

Saldo em 30 de setembro de 2022

Consolidado	Controladora
(16.140)	(3.282)
(9.529)	(7.329)
10.696	6.533
72	20
(14.901)	(4.058)

10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (baseado na capacidade operacional normal) e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

A provisão para perda com estoques é registrada para produtos com baixo giro e para itens que apresentam preço de venda inferior ao custo de formação.

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Produtos acabados	304.605	171.935	62.063	40.090
Matéria prima	329.457	301.878	249.722	211.420
Produtos em elaboração	26.408	5.750	416	418
Adiantamentos para estoque	35.763	32.105	35.402	31.488
Provisão para perda de estoques	(19.067)	(19.804)	(10.039)	(9.046)
	677.166	491.864	337.564	274.370

Movimentação da provisão para perda de estoque

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adição

Reversão

Baixas definitivas

Variação cambial

Saldo em 30 de setembro de 2022

Consolidado	Controladora
(19.804)	(9.046)
(3.850)	(3.503)
2.269	512
2.009	1.998
309	-
(19.067)	(10.039)

11. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
ICMS	22.513	20.857	20.926	19.405
IPI	5.673	7.350	3.606	5.402
PIS	846	4.833	601	4.572
COFINS	3.175	21.838	2.209	20.809
Imposto de renda e contribuição social	7.248	13.176	740	7.302
Outros	300	2.834	32	867
Total	39.755	70.888	28.114	58.357
Circulante	26.159	65.261	15.418	53.471
Não circulante	13.596	5.627	12.696	4.886

12. Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Adiantamentos a fornecedores	1.614	8.504	1.255	7.133
Adiantamentos a funcionários	4.965	2.797	3.539	2.230
Adiantamentos para licitações do exterior	7.224	7.224	7.224	7.224
Depósitos judiciais	39.494	14.708	37.847	13.161
Alienação de ativos a receber - Venda e Retro arrendamento	8.622	8.833	-	-
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	908	-	9.830	4.326
Royalties	-	7.815	-	7.815
Outros créditos	8.544	4.707	2.228	1.121
Total	71.371	54.588	61.923	43.010
Circulante	19.858	29.779	23.875	29.850
Não circulante	51.513	24.809	38.048	13.160

13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, são calculados com base na alíquota nominal de 34%, sendo desta, 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O limitador de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é de 30% do lucro real a cada exercício fiscal.

Para as empresas que apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido são utilizadas as mesmas alíquotas acima, porém presumindo a Receita Bruta à 32%. As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 21% nos Estados Unidos e 25% no Panamá, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos, em sua totalidade, considerando as permissões e exigências do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das informações financeiras intermediárias.

a) Composição dos impactos ativos e passivos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Sobre Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL				
Prejuízo fiscal	4.199	41.111	459	37.180
Base negativa de CSLL	3.061	16.215	1.713	14.799
Sobre diferenças temporárias ativas				
Venda Faturada e não entregue	2.407	1.675	1.952	1.398
Outras provisões	4.517	4.148	1.573	1.925
Realização da reserva de reavaliação	1.866	1.806	575	547
Provisão de perdas com estoque	6.483	6.733	3.413	3.075
Provisão Participação nos resultados	9.072	11.524	5.098	6.705
Provisão de comissões	983	960	833	817
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	29.580	31.800	26.918	29.246
Provisão para Garantia	5.603	3.550	2.163	2.222
Provisão créditos incobráveis	2.489	2.911	1.380	1.116
Provisões financeiras	967	967	967	967
Provisões tributárias	3.145	2.973	2.086	1.954
Lucros não realizados - TIMI	15.454	9.429	-	-
Total de Ativo Diferidos	89.826	135.802	49.130	101.951
Sobre diferenças temporárias passivas				
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	(10.463)	(11.438)	-	-
Valor justo propriedade para investimento	(18.890)	(19.453)	-	-
Total do Passivo Diferidos	(29.353)	(30.891)	-	-
Saldos de Ativos Diferidos	74.553	121.380	49.130	101.951
Saldos de Passivos Diferidos	(14.080)	(16.469)	-	-
Diferido líquido ativo	60.473	104.911	49.130	101.951

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que sejam relacionados à combinação de negócios, itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou, de outra forma, reconhecidos na medida que sua realização seja provável.

b) Variação dos impostos diferidos

	Consolidado	Controladora
Saldo inicial de impostos diferidos, líquidos	104.911	101.951
Alocado ao resultado	(44.706)	(52.821)
Ajustes de conversão para moeda de apresentação	268	-
Saldo final de impostos diferidos líquidos	60.473	49.130

O valor do prejuízo fiscal e o da base da contribuição social negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 315,6 milhões, que representam a parcela desses valores em controladas da Companhia que não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para compensação. Já na controladora o montante do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa está totalmente registrado, sendo que em suas controladas foram registrados parcialmente até o limite de comprovação de realização.

Referente a Constituição dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, as projeções que demonstram a realização do crédito tributário sobre as bases de prejuízos fiscais gerados pela Companhia foram elaboradas por consultoria especializada e fundamentadas no melhor entendimento com base nas expectativas da administração.

As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes ao desempenho da economia assim como dos mercados brasileiro e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Em 30 de setembro de 2022, a expectativa de realização de prejuízo fiscal para o imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante da controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Diferido IRPJ	Diferido CSLL	Diferido Total
Saldo reconhecido em 30/09/2022	16.802	33.997	4.199	3.061	7.260
Em 2022	(3.706)	(20.900)	(926)	(1.881)	(2.807)
Em 2023	(2.623)	(2.623)	(656)	(236)	(892)
Em 2024	(2.603)	(2.603)	(651)	(234)	(885)
Em 2025	(2.834)	(2.834)	(709)	(255)	(964)
Em 2026 a 2030	(5.036)	(5.037)	(1.257)	(455)	(1.712)

	Controladora				
	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Diferido IRPJ	Diferido CSLL	Diferido Total
Saldo reconhecido em 30/09/2022	1.837	19.032	459	1.713	2.172
Em 2022	(1.837)	(19.032)	(459)	(1.713)	(2.172)

Os principais saldos de prejuízos fiscais e bases negativas se encontram na controladora Taurus Armas S.A. e nas controladas Polimetal, Taurus International e Taurus Helmets.

c) Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Lucro antes dos impostos	582.935	603.827	567.445	572.097
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(198.198)	(205.301)	(192.931)	(194.513)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(2.555)	(1.924)	(2.534)	(1.604)
PPR Diretores estatutários administradores e CLT	(1.232)	-	(1.232)	-
Resultado negativo de equivalência patrimonial	(493)	103	(10.015)	(7.636)
Doações/Patrocínio	(464)	(740)	(428)	(722)
Ganho de Capital ativo imobilizado	(89)	(247)	(89)	(247)
Subcapitalização (Thin Cap)	-	(110)	-	(110)
Exclusões permanentes				
Reintegra	232	2.344	232	254
Subvenção ICMS Presumido	8.548	2.926	8.506	2.926
Juros s/Indébitos Tributários	2.119	-	2.119	-
Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	-	27.341	57.020
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	454	-	-
Imposto de renda e CSLL corrente não constituído de empresas ligadas	9.795	30.372	-	-
Outras (adições)/ Exclusões	571	(1.676)	537	673
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(181.766)	(173.799)	(168.494)	(143.959)
Corrente	(137.060)	(116.362)	(115.673)	(104.043)
Diferido	(44.706)	(57.437)	(52.821)	(39.916)
	(181.766)	(173.799)	(168.494)	(143.959)
Alíquota efetiva	31%	29%	30%	25%

A parcela dos valores não constituída é representada pelos prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não estão cobertas por expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis os quais estão descritos abaixo.

	30-09-2022				Consolidado 31-12-2021			
	Base	25%	9%	Total	Base	25%	9%	Total
Diferenças temporárias								
Outras provisões	265	66	24	90	-	-	-	-
Provisão créditos incobráveis	7.580	1.895	682	2.577	7.580	1.895	682	2.577
Provisão perda com contratos a receber	69.849	17.462	6.286	23.748	69.849	17.462	6.286	23.748
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	3.534	884	318	1.202	3.318	830	299	1.129
Provisão para Garantia	1.468	367	132	499	1.468	367	132	499
Perda com outros créditos	5.114	1.279	460	1.739	5.370	1.343	483	1.826
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL								
Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL	315.645	78.911	28.408	107.319	315.664	78.916	28.410	107.326
	403.455	100.864	36.310	137.174	403.249	100.813	36.292	137.105

14. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda em vez do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

A Companhia tem recebido propostas para a realização destes ativos, porém devido às circunstâncias de mercado os negócios caminham de uma forma mais lenta para evolução.

Conciliação do valor contábil

Em milhares de Reais

Edificações, terrenos e benfeitorias
Taurus Blindagens Nordeste – Ativo não circulante mantido para venda
Total ativo não circulante mantido para venda
Taurus Blindagens Nordeste – Passivo mantido para venda
Total passivo mantido para venda

30-09-2022	31-12-2021
51.390	51.390
16.292	15.006
67.682	66.396
7.528	5.830
7.528	5.830

Edificações, terrenos e benfeitorias.

Em 2016, a Taurus Armas S.A. transferiu a operação do Parque Fabril localizado na cidade de Porto Alegre/RS para o Parque Fabril localizado na cidade de São Leopoldo/RS. Em razão disso e considerando os termos do CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40), a Companhia reclassificou os itens antes classificados como Imobilizado para Propriedade para Investimento.

Em 2017, por aprovação do Conselho de Administração foi determinada a venda e a disponibilização para intermediação por especialistas de mercado. Sendo assim, esses imóveis foram reclassificados como “Ativos mantidos para venda”.

O valor justo para fins de avaliação de *impairment* foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

Local: Avenida do Forte, nº 511 - Porto Alegre (RS)

Complexo industrial, não ocupado, com 18.600,00 m² de área construída sobre terreno urbano de 29.900,00 m² de área.

Ativo mantido para venda - Operação de Capacetes

Em 27 de março de 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes, representada pelas empresas Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ao mercado. (Nota explicativa 1 – Contexto Operacional).

A Companhia segue na busca da realização da venda de sua operação de capacetes situada em Mandirituba/PR, Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda, considerando que a Companhia visa obter o retorno do valor que realmente o negócio possui e que esta operação permanece em atividade, a Companhia retornou às suas informações financeiras intermediárias a consolidação desta operação como atividade operacional desde o primeiro trimestre de 2021, uma vez que a administração da Companhia julgou que a Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda não mais atende os critérios de classificação, conforme o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5).

Em 30 de setembro de 2022, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda referentes a operação de capacetes da Taurus Blindagens Nordeste Ltda estava apresentado conforme o quadro abaixo e compreendia os seguintes ativos e passivos:

Imobilizado/Intangível	8.643
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7.649
Ativos mantidos para venda	16.292
Fornecedores e outras contas a pagar	7.528
Passivos mantidos para venda	7.528

A Companhia não identificou valores de perda por *impairment* a serem reconhecidos.

15. Investimentos

	Controladora									
	Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	Taurus Holdings, Inc.	T. Investments Co. Inc.	CBC Taurus Arabia Holding, LLC.	Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	Taurus Máquinas- Ferramenta Ltda. (1)	30-09-2022	31-12-2021
Ativo circulante	125.660	7.121	572.662	7	2.337	66.534	20.440	209		
Ativo não circulante	51.256	59.160	135.295	-	288	92.644	177.957	1.247		
Passivo circulante	43.510	9.838	144.559	-	-	4.544	19.824	2.640		
Passivo não circulante	2.126	1.970	44.406	-	-	53.551	23.490	32.161		
Capital social	73.855	9.400	1.756	59.473	3.100	53.292	211.452	293.639		
Patrimônio Líquido	131.280	54.473	518.992	7	2.625	101.083	155.083	(33.345)		
Receita líquida	76.971	-	1.193.595	-	-	6.182	12.426	-		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.524	1.929	68.754	-	(490)	224	(3.500)	(4.045)		
Quantidade de ações/quotas	597	9.400	302.505	11.000.000	10.535	43.623.159	304.779.838	185.007.117		
Percentual de participação direta (%)	0,00%	0,10%	100,00%	100,00%	49,00%	81,86%	100,00%	63,00%		
Saldos iniciais	1	53	441.792	7	-	82.560	159.409	-	683.822	462.148
Investimento inicial	-	-	-	-	1.439	-	-	-	1.439	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	2	68.754	-	(240)	184	(3.500)	(2.549)	62.651	213.138
Variação cambial sobre investimentos	-	-	(9.860)	-	(8)	-	-	-	(9.868)	25.015
Lucro não realizado nos estoques	-	-	(11.694)	-	-	-	-	-	(11.694)	(15.731)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(825)	-	(825)	(1.589)
Reclassificado para provisão para passivo a descoberto (1)	-	-	-	-	-	-	-	2.549	2.549	841
Saldos finais	1	55	488.992	7	1.191	82.744	155.084	-	728.074	683.822

(1) O resultado da equivalência patrimonial controlada Taurus Máquinas-Ferramentas Ltda., no valor de (R\$ 2.549), está apresentado na rubrica de "Provisão para passivo a descoberto" no passivo não circulante.

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como *Joint Venture*: equivalência patrimonial

Taurus JM Indústria de Peças Ltda

A Companhia possui em sua estrutura a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda, que por sua vez era controladora integral da empresa, que estava inoperante, e que se chamava Taurus Plásticos Ltda.

Conforme memorando de entendimentos (MoU) de 28 de maio de 2020 a Companhia firmou parceria com empresa do ramo automotivo para a formação de uma *Joint Venture*, conforme detalhado na nota explicativa 1 de contexto operacional.

Para a formação da *Joint Venture* e considerando otimizar suas operações, a Companhia em acordo com o parceiro Joalmi Indústria Metalúrgica Ltda, decidiram

estabelecer as operações da *Joint Venture* dentro da estrutura societária da empresa Taurus Plásticos Ltda. As ações foram avaliadas considerando o saldo do Capital Social subscrito em 30 de novembro de 2020, dividido pela quantidade de ações resultando em um total de aproximadamente R\$ 0,37 por ação.

Desta forma, em 11 de março de 2021, o nome da empresa Taurus Plásticos Ltda foi alterado para Taurus JM Indústria de Peças Ltda, assim como a inclusão em seu objeto social das atividades para fabricação de peças para armas de fogo.

Neste mesmo ato a empresa Sicura Comércio e Produtos de Metal Ltda, pertencente ao grupo do parceiro Joalmi, ingressou na sociedade com integralização de capital na forma de ativos imobilizados avaliados em R\$ 2,2 milhões representados pela emissão de 6.130.416 novas quotas com valor nominal de aproximadamente R\$ 0,37 cada quota, desta forma, representando na proporção de 49% na empresa Taurus JM Indústria de Peças Ltda.

A Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda ficou com a participação de 51% representados por 6.355.413 quotas com valor nominal de aproximadamente R\$ 0,37, com o respectivo valor integralizado de R\$ 2,4 milhões, desta maneira, constituindo a *Joint Venture* para a fabricação de carregadores.

Diante das alterações, a empresa outrora chamada Taurus Plásticos Ltda, agora denominada Taurus JM Indústria de Peças Ltda, deixa de ser consolidada nas informações financeiras intermediárias da Companhia, uma vez que caracterizada a operação de *Joint Venture* passa a ter os seus resultados líquidos reconhecidos pela Companhia através do método de equivalência patrimonial na proporção de 51%, conforme CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

A seguir os saldos da Taurus JM Indústria de Peças Ltda. em 30 de setembro de 2022:

TAURUS JM INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2022
 Em Milhares de Reais

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	111	Fornecedores	196
Contas a Receber	858	Salários e encargos sociais	579
Estoques	2.185	Impostos, taxas e contribuições	2.663
Impostos a recuperar	602	Outras contas a pagar	1.162
Outras contas a receber	5.390		4.600
	9.146	Não circulante	
		Impostos a recolher	27
Não circulante			27
Ativo fiscal diferido	1.494	Total do passivo	4.627
Partes relacionadas	1.527		
Outras contas a receber	20	Patrimônio líquido	
	3.041	Capital social	4.628
		Adiantamento para futuro aumento de capital	8.194
		Prejuízos acumulados	(2.176)
Imobilizado	3.086	Total do patrimônio líquido	10.646
Total do Ativo	15.273	Total do passivo e do patrimônio líquido	15.273

TAURUS JM INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022
 Em Milhares de Reais

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.192
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(7.590)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.105)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	4
	(1.101)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(2.499)
Receitas financeiras	131
Despesas Financeiras	(3)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	128
Resultado operacional antes dos impostos	(2.371)
Resultado líquido do período	(2.371)

Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC.

A Taurus Armas S/A, juntamente com sua parte relacionada Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), no dia 30 de dezembro de 2021, assinou um memorando de entendimentos (MoU) para criação de uma Joint Venture como parte das estratégias de internacionalização de suas atividades com o objetivo de fomentar oportunidades de negócios na Arábia Saudita.

O objetivo principal é possibilitar a busca e prospecção de forma mais eficiente de oportunidades de negócios nesse relevante mercado, especialmente considerando os planos do governo do país de estabelecer uma base industrial de defesa local, no âmbito da estratégia denominada "Visão 2030".

No dia 30 de agosto de 2022, a empresa CBC, realizou a integralização de capital na Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC. na proporção de 51% do capital social, representados por 10.965 quotas com valor nominal de SAR 1,00 com o respectivo valor integralizado de SAR 1,1 milhões (R\$ 1,6 milhões na data da integralização).

Nessa mesma data, a Taurus Armas realizou a integralização de capital na Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus

Arábia Holding, LLC. na proporção de 49% do capital social, representados por 10.535 quotas com valor nominal de SAR 1,00 com o respectivo valor integralizado de SAR 1,1 milhões (R\$ 1,5 milhões na data da integralização).

Uma vez que a Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC caracteriza-se como uma Joint Venture, ela passou a ter os seus resultados líquidos reconhecidos pela Companhia através do método de equivalência patrimonial na proporção de 49%, conforme CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS TAURUS ARÁBIA HOLDING, LLC.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Em Milhares de Reais

Ativo		Passivo	
Circulante		Patrimônio líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	2.136	Capital social	3.100
Despesas Antecipadas	201	Ajuste de Avaliação Patrimonial	31
	2.337	Prejuízos acumulados	(506)
Imobilizado	288	Total do patrimônio líquido	2.625
Total do Ativo	2.625	Total do passivo e do patrimônio líquido	2.625

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS TAURUS ARÁBIA HOLDING, LLC.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Em Milhares de Reais

Despesas Gerais e Administrativas	(490)
	(490)
Resultado líquido do exercício	(490)

16. Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído, líquidos dos efeitos fiscais, aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Grupo	Vida útil
Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	5 anos
Móveis	10 a 15 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Taurus Armas S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2022

Custo ou custo atribuído										Consolidado
	Terrenos	Edifícios	Máquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Arrendamentos/Direitos de Uso	Total
Saldo 31 dezembro 2020	10.592	120.636	270.357	29.063	506	174	21.696	10.451	-	463.475
Adições	-	4.733	40.889	4.704	160	515	70.836	37.934	10.931	170.702
Baixas	-	(1.306)	(37.542)	(1.428)	-	-	(1.027)	-	-	(41.303)
Transferências	-	3.830	14.037	678	-	9	(18.554)	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	242	2.059	4.105	2.679	33	-	329	-	-	9.447
Mantidos à Venda Retornados para Operacional	-	558	20.992	1.977	304	-	2.785	312	-	26.928
Saldo 31 dezembro 2021	10.834	130.510	312.838	37.673	1.003	698	76.065	48.697	10.931	629.249
Adições	-	1	12.124	314	-	-	110.861	2.991	380	126.671
Baixas	-	-	(1.294)	(288)	-	-	-	-	(12)	(1.594)
Transferências	-	(1.070)	21.959	(1.606)	-	-	(19.283)	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	(110)	(925)	(2.459)	(223)	(15)	-	(361)	-	(340)	(4.433)
Saldo 30 Setembro 2022	10.724	128.516	343.168	35.870	988	698	167.282	51.688	10.959	749.893
Depreciação										
Saldo 31 dezembro 2020	-	(33.538)	(181.462)	(14.752)	(361)	(7)	-	-	-	(230.120)
Depreciação no exercício	-	(5.247)	(15.142)	(2.994)	(82)	(95)	-	-	-	(23.560)
Baixas	-	284	26.149	1.290	-	-	-	-	-	27.723
Aquisição pela combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.099)	(2.099)
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(271)	(1.859)	(3.182)	(25)	-	-	-	-	(5.337)
Mantidos à Venda Retornados para Operacional	-	(297)	(14.967)	(1.348)	(221)	-	-	-	-	(16.833)
Saldo 31 dezembro 2021	-	(39.069)	(187.281)	(20.986)	(689)	(102)	-	-	(2.099)	(250.226)
Depreciação no período	-	(4.036)	(12.676)	(2.019)	(44)	(105)	-	-	(1.333)	(20.213)
Baixas	-	-	1.788	(415)	-	-	-	-	-	1.373
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	41	981	349	11	-	-	-	-	1.382
Saldo 30 Setembro 2022	-	(43.064)	(197.188)	(23.071)	(722)	(207)	-	-	(3.432)	(267.684)
Valor contábil										
Dezembro de 2021	10.834	91.441	125.557	16.687	314	596	76.065	48.697	8.832	379.023
Setembro de 2022	10.724	85.452	145.980	12.799	266	491	167.282	51.688	7.527	482.209

Taurus Armas S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2022

Custo ou custo atribuído									Controladora
	Edifícios	Máquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Arrendamentos/Direitos de Uso	Total
Saldo 31 dezembro 2020	51.194	183.342	12.596	52	174	15.050	10.451	-	272.859
Adições	3.678	26.532	2.435	-	515	17.851	37.287	-	88.298
Baixas	-	(5.345)	(335)	-	-	-	-	-	(5.680)
Transferências	3.882	7.055	625	-	9	(11.571)	-	-	-
Saldo 31 dezembro 2021	58.754	211.584	15.321	52	698	21.330	47.738	-	355.477
Adições	-	11.367	70	-	-	73.142	2.981	380	87.940
Baixas	-	(951)	(241)	-	-	-	-	-	(1.192)
Transferências	-	3.892	29	-	-	(3.921)	-	-	-
Saldo 30 Setembro 2022	58.754	225.892	15.179	52	698	90.551	50.719	380	442.225
Depreciação									
Saldo 31 dezembro 2020	(16.436)	(120.749)	(5.603)	(52)	(7)	-	-	-	(142.847)
Depreciação no exercício	(2.070)	(7.472)	(1.049)	-	(95)	-	-	-	(10.686)
Baixas	2	1.786	295	-	-	-	-	-	2.083
Saldo 31 dezembro 2021	(18.504)	(126.435)	(6.357)	(52)	(102)	-	-	-	(151.450)
Depreciação no período	(1.709)	(7.276)	(844)	-	(105)	-	-	(44)	(9.978)
Baixas	-	807	207	-	-	-	-	-	1.014
Saldo 30 Setembro 2022	(20.213)	(132.904)	(6.994)	(52)	(207)	-	-	(44)	(160.414)
Valor contábil									
Dezembro de 2021	40.250	85.149	8.964	-	596	21.330	47.738	-	204.027
Setembro de 2022	38.541	92.988	8.185	-	491	90.551	50.719	336	281.811

Imobilizado em andamento

O saldo de imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos ainda em fase de implantação e construções em andamento. Parte desse saldo deve entrar em operação ainda no decorrer do exercício de 2022.

Garantia

A Companhia utiliza seus ativos como garantidores dos recursos obtidos com as instituições financeiras. Apesar de grande parte do ativo imobilizado estar garantido em operações de empréstimos e financiamentos, historicamente as garantias com ativos nunca foram utilizadas. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia utiliza o montante de R\$ 39,8 milhões em garantias (R\$ 34,3 milhões em 31 de dezembro de 2021).

17. Intangível

Ágio

O ágio resultante da aquisição de investimentos, após as devidas alocações, é incluído nos ativos intangíveis. Na demonstração da controladora são apresentados no grupo de investimento.

Ágios gerados em combinações de negócios são classificados no intangível e foram determinados de acordo com as práticas contábeis vigentes à época de cada combinação, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução do valor recuperável.

Outros intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, já o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os saldos apresentados estão deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos de desenvolvimento que envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

A amortização dos ativos intangíveis, que não ágio, está baseada em suas vidas úteis estimadas e é reconhecida no resultado através do método linear. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente cinco anos para custos de desenvolvimento e implantação de sistemas.

Esclarecemos, ainda, que a recuperação do valor contábil dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida é avaliada anualmente no final do exercício, ou sempre que forem identificados indicadores de *impairments* utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. Para a apresentação dessas informações financeiras intermediárias a Companhia não identificou nenhuma situação que requeresse a execução de um novo teste de recuperabilidade.

Taurus Armas S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2022

	Consolidado							
	Software	Marcas e patentes	Relacionamento Clientes	Goodwill	Desenvolvimento de produtos	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total
Custo								
Saldo 31 dezembro 2020	20.668	26.444	22.541	48.660	7.616	8.580	1.656	136.165
Aquisições	1.337	-	-	-	13	9.237	-	10.587
Transferências	49	-	-	-	607	(656)	-	-
Baixas	(85)	-	-	-	-	-	(1.778)	(1.863)
Efeitos da Variação Cambial	648	1.212	1.624	1.183	421	-	122	5.210
Mantidos à Venda Retornados para Operacional	1.520	1.284	-	-	-	-	-	2.804
Saldo 31 dezembro 2021	24.137	28.940	24.165	49.843	8.657	17.161	-	152.903
Aquisições	1.443	-	-	-	-	20.672	-	22.115
Transferências	33	-	-	-	-	(33)	-	-
Efeitos da Variação Cambial	(320)	(549)	(736)	(537)	(191)	-	-	(2.333)
Saldo 30 Setembro 2022	25.293	28.391	23.429	49.306	8.466	37.800	-	172.685
Amortização								
Saldo 31 dezembro 2020	(13.818)	(7.388)	(19.567)	-	(2.079)	-	-	(42.852)
Amortização do exercício	(2.448)	-	(2.225)	-	(572)	-	-	(5.245)
Baixas	70	-	-	-	-	-	-	70
Efeitos da Variação Cambial	(647)	-	(1.586)	-	(128)	-	-	(2.361)
Mantidos à Venda Retornados para Operacional	(144)	-	-	-	-	-	-	(144)
Saldo 31 dezembro 2021	(16.987)	(7.388)	(23.378)	-	(2.779)	-	-	(50.532)
Amortização do período	(1.964)	-	(726)	-	(468)	-	-	(3.158)
Mantidos à Venda Retornados para Operacional	252	-	675	-	45	-	-	972
Saldo 30 Setembro 2022	(18.699)	(7.388)	(23.429)	-	(3.202)	-	-	(52.718)
Valor Contábil								
Dezembro de 2021	7.150	21.552	787	49.843	5.878	17.161	-	102.371
Setembro de 2022	6.594	21.003	-	49.306	5.264	37.800	-	119.967

	Controladora				
	Software	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Intangível em andamento	Total
Custo					
Saldo 31 dezembro 2020	11.749	9.485	1.916	8.580	31.730
Aquisições	419	-	13	9.237	9.669
Transferências	49	-	607	(656)	-
Saldo 31 dezembro 2021	12.217	9.485	2.536	17.161	41.399
Aquisições	1.430	-	-	20.639	22.069
Saldo 30 Setembro 2022	13.647	9.485	2.536	37.800	63.468
Amortização					
Saldo 31 dezembro 2020	(5.522)	(6.840)	(702)	-	(13.064)
Amortização do exercício	(1.880)	-	(242)	-	(2.122)
Saldo 31 dezembro 2021	(7.402)	(6.840)	(944)	-	(15.186)
Amortização do período	(1.155)	-	(221)	-	(1.376)
Saldo 30 Setembro 2022	(8.557)	(6.840)	(1.165)	-	(16.562)
Valor Contábil					
Dezembro de 2021	4.815	2.645	1.592	17.161	26.213
Setembro de 2022	5.090	2.645	1.371	37.800	46.906

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Para teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da Companhia, que representam o nível mais baixo dentro da Companhia, em que o ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Unidade geradora de caixa	2021
Armas	49.408

O teste de recuperabilidade para a UGC mencionada acima é realizado anualmente. O montante recuperável da UGC é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. As atualizações destes testes permanecem não indicando necessidade de provisões para perdas por *impairment* sobre o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, dado que o valor em uso supera o valor contábil em mais de 100%.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

	Taxa de desconto WACC	Taxa de Crescimento médio	Taxa de desconto WACC	Taxa de Crescimento médio
Unidade geradora de caixa		31-12-2021		31-12-2020
Armas	12,80%	4,24%	11,90%	4,40%

Taxa de desconto

A taxa de desconto para a UGC é representada por uma taxa após impostos (post-tax rate) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (T-Bond) de 20 anos, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/capital total em 31 de dezembro de 2021 de 26,00% para UGC Armas a uma taxa de juros de mercado de 7,2%.

Taxa de crescimento e perpetuidade

As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do País. Após o período de projeção, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade).

Para cálculo da perpetuidade em 31 de dezembro de 2021 foi adotada uma taxa de crescimento nominal de 3% em linha com a expectativa de inflação de longo prazo projetado pelo BACEN e indicadores macroeconômicos publicados no relatório Focus do BACEN e no relatório *Country Forecast* do *Economist Intelligence Unit* (EIU).

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto foram os seguintes:

				Consolidado e Controladora			
				30-09-2022		31-12-2021	
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil	
Capital de giro	R\$ CDI+2,50%a.a.	2022	18.193	4.881	18.193	10.040	
Debêntures	R\$ CDI+2,50%a.a.	2022	50.000	56	50.000	33.532	
Adiantamentos de câmbio	U\$ 7,0%a.a.	2024	367.753	396.723	205.487	217.350	
Capital de giro	U\$ Libor+3,50%a.a.	2023	464.162	181.063	464.162	432.389	
Total				582.723		693.311	
Passivo circulante				499.822		618.904	
Passivo não circulante				82.901		74.407	

Fluxo de pagamentos futuros da dívida divulgados no passivo não circulante:

		Consolidado	Consolidado
Ano de vencimento		30-09-2022	31-12-2021
2023		36.044	74.407
2024		46.857	-
		82.901	74.407

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, recebíveis de clientes e hipoteca de imóveis, quotas e aval de controladas. Os avais concedidos pela controladora e suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 24 - Partes relacionadas.

Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições, os credores poderão antecipar o vencimento.

Em 04 de novembro de 2021, a Companhia realizou uma redução de capital social para absorver prejuízos acumulados, o que possibilitou a realização da distribuição de dividendos para os sócios. Essas situações só ocorreram, pois, a Companhia obteve anuência do Sindicato dos Bancos devido a saúde financeira da Companhia e o atendimento dos *covenants*.

Conforme mencionado na nota explicativa 1 (Contexto Operacional), em junho de 2020 a Companhia assinou um Waiver junto ao Sindicato de Bancos prorrogando o pagamento da dívida até o dia 31 de agosto de 2020 e em 10 de agosto de 2020 foram assinados os aditivos contratuais referentes aos novos termos e condições de pagamento dos compromissos junto ao Sindicato de Bancos.

a) Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia, em série única, são não conversíveis em ações e distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinados à terceira emissão destinada a instituições bancárias.

Cláusulas restritivas

Conforme descrito na nota explicativa 1, em 18 de julho de 2018, foi concluído o novo processo de renegociação da dívida com o Sindicato de Bancos. O instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais que definem, entre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: dívida líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 13 vezes em 2018, 8 vezes em 2019, 7 vezes em 2020 e 6 vezes a partir de 2021, além de manter o índice do EBITDA

Ajustado/Despesas financeiras igual ou superior a 0,90 em 31 de dezembro de 2018 e 1,20 a partir de 2019.

Tais índices são monitorados pela Administração da Companhia, e os contratos determinam que os índices sejam aferidos anualmente. Em 30 de setembro de 2022 a Companhia vem atendendo a tais requisitos expostos.

19. Outras obrigações

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Dividendos a pagar	49	68.002	49	68.002
Comissões sobre vendas	5.999	6.634	2.201	2.179
Juros acumulados	956	571	-	-
Acordos judiciais a liquidar	10.000	-	10.000	-
Seguros e frete	9.362	9.690	3.614	7.331
Fornecedores	12.641	-	12.641	-
Arrendamentos	8.683	8.833	295	-
Adiantamentos de Clientes	63.047	41.181	62.806	40.897
Marketing	10.591	3.863	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.765	1.651	58.924	57.381
Ganho de subvenção governamental a realizar	27.399	29.631	-	-
Provisão para Passivo a Descoberto	-	-	21.010	18.461
Outros	5.261	4.858	3.057	726
	155.753	174.914	174.597	194.977
Circulante	98.915	134.328	76.217	122.520
Não Circulante	56.838	40.586	98.380	72.457

20. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Salários	5.870	3.794	1.475	349
Provisão para Bônus	26.684	33.893	14.993	19.721
Contribuições a recolher	6.775	10.068	6.127	9.479
Provisões (férias e 13º salário)	37.916	19.105	34.149	16.901
	77.245	66.860	56.744	46.450

21. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
ICMS	43.775	5.694	42.703	4.678
IPI	23.430	378	22.964	3
PIS	42	6	-	-
COFINS	196	25	-	-
Imposto Especial – FAET (USA)	39.718	47.618	-	-
IRRF	1.323	4.928	1.067	4.734
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.801	21.105	7.462	15.301
Demais Parcelamentos (*)	35.658	31.789	24.747	31.111
Outros	8.773	8.672	6.021	5.982
	162.716	120.215	104.964	61.809
Circulante	137.374	96.632	88.621	39.102
Não Circulante	25.342	23.583	16.343	22.707

(*) Parcelamentos

Parcelamento IPI – A Companhia possuía IPI em atraso das competências de dezembro de 2019 a março de 2020. Em setembro de 2020, para regularização a Companhia optou pelo parcelamento, conforme IN 1891/2019. O parcelamento do valor de débito principal no montante de R\$ 34,7 milhões, multa no valor de R\$ 6,9 milhões e juros no valor de R\$ 793 mil, cujo débito foi parcelado em 60 parcelas, limite máximo permitido pela IN e atualizado pela variação da taxa Selic. Em 30 de setembro de 2022 o saldo atualizado do parcelamento do IPI é de R\$ 24,7 milhões e já foram realizados o pagamento de 25 parcelas totalizando R\$ 17,7 milhões.

Parcelamento Imposto de Renda e Contribuição Social – Em processo de verificação fiscal pela RFB, de obrigações fiscais referentes às apurações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de períodos anteriores, lavrou intimação de auto regularização para o débito principal levantado no montante de R\$ 7,4 milhões, multa no valor de R\$ 1,4 milhões e juros no valor de R\$ 1,7 milhões.

O débito foi parcelado em 60 parcelas, limite máximo permitido pela RFB e sujeito a atualização pela variação da taxa Selic, tendo em 30 de setembro de 2022 o saldo atualizado de parcelamento de R\$ 10,3 milhões, já considerando duas parcelas de amortização pagas no total de R\$ 359 mil.

22. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, utilizando uma estimativa razoável para ser feita.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas conforme apresentado abaixo:

			Consolidado	
			30-09-2022	31-12-2021
	Provisão	Depósito Judicial (1)	Líquido	Líquido
Trabalhistas	45.118	(13.128)	31.990	32.823
Cíveis	22.634	(1.054)	21.580	19.339
Tributárias	27.383	(25.312)	2.071	30.052
	95.135	(39.494)	55.641	82.214
Classificado no passivo circulante	38.848			
Classificado no passivo não circulante	56.287			

(1) Registrado em outros ativos não circulantes.

			Controladora	
			30-09-2022	31-12-2021
	Provisão	Depósito Judicial (1)	Líquido	Líquido
Trabalhistas	42.159	(11.633)	30.526	30.385
Cíveis	15.863	(1.054)	14.809	14.841
Tributárias	24.910	(25.160)	(250)	27.632
	82.932	(37.847)	45.085	72.858
Classificado no passivo circulante	32.393			
Classificado no passivo não circulante	50.539			

(1) Registrado em outros ativos não circulantes.

Segue movimentação das provisões:

			Consolidado
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.592	30.330	96.922
Provisões feitas durante o período	15.287	55	15.342
Provisões utilizadas durante o período	(3.786)	(3.000)	(6.786)
Baixa de provisão	(10.341)	(2)	(10.343)
Saldo em 30 de setembro de 2022	67.752	27.383	95.135

	Controladora		
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.109	27.910	86.019
Provisões feitas durante o período	8.512	-	8.512
Provisões utilizadas durante o período	(2.625)	(3.000)	(5.625)
Baixa de provisão	(5.974)	-	(5.974)
Saldo em 30 de setembro de 2022	58.022	24.910	82.932

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requererem sua contabilização, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	30-09-2022		31-12-2021		30-09-2022		31-12-2021	
	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto	Possível	Remoto
Cível	169.335	23.004	231.202	21.543	151.139	22.584	212.624	21.499
Trabalhista	28.206	53.818	43.029	45.858	25.069	35.024	22.948	32.778
Tributário	67.403	-	62.798	-	60.278	-	55.920	-
	264.944	76.822	337.029	67.401	236.486	57.608	291.492	54.277

a) Processos Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, diferenças salariais por equiparação salarial, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros.

b) Processos Cíveis

Exceto em relação às ações judiciais cíveis listadas abaixo, nenhuma outra ação judicial cível se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente ações individuais relacionadas à responsabilidade civil da Companhia sobre os produtos os quais produz e comercializa, estes demais processos classificados como risco possível de perda, perfazem a quantia de R\$ 52,5 milhões para fins consolidados.

Ação Civil Pública – Distrito Federal

O Distrito Federal ajuizou ação civil pública com pedido de liminar contra a Taurus, em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do DF, pautado no Processo Administrativo Sancionatório n.º 054.002.970/2016 instaurado pela Polícia Militar do Distrito Federal e que culminou na aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal pelo prazo de 12 (doze) meses. Na Ação Civil Pública, o Distrito Federal alega, em síntese, prejuízos coletivos e ao erário diante dos supostos defeitos nas pistolas comercializadas pela Taurus durante o período de 2006 até 2011. Diante disso, o Distrito Federal requereu liminarmente o bloqueio de bens da Companhia na quantia total de R\$ 54,8 milhões, e, no mérito, requereu o pagamento da quantia de R\$ 49,8 milhões relativos a supostos prejuízos ao erário, e a condenação ao pagamento de danos morais coletivos, na quantia de R\$ 5 milhões. No dia 19 de fevereiro de 2021, foi proferida decisão judicial que indeferiu a liminar requerida e determinou a citação da Taurus. Em 23 de março de 2021 a Companhia recebeu mandado de citação. Em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Distrito Federal contra a decisão que inferiu a liminar, foi indeferida a tutela de urgência recursal requerida. No dia 18 de junho de 2021, a Companhia apresentou suas contrarrazões.

Em prosseguimento, a Companhia apresentou contestação e, subsequentemente, o Distrito Federal juntou réplica, determinando-se, posteriormente, a abertura de vista para manifestação do Ministério Público e conclusão para decisão de saneamento do processo.

Proferida a decisão saneadora em 20 de julho de 2021, as partes foram intimadas para indicar outras provas que pretendem produzir. Da decisão saneadora, a Companhia peticionou requerendo ajustes à decisão, o que restou indeferido; e o Distrito Federal interpôs Agravo de Instrumento pugnando pela inversão.

Em novembro de 2021, foram desprovidos os agravos de instrumentos que versavam sobre inversão do ônus da prova e a tutela de urgência, interpostos pelo DF.

Em fevereiro de 2022, o gravo de instrumento que versava sobre prescrição e decadência, interposto pela Companhia, foi parcialmente provido a fim de determinar a não incidência do Código de Defesa do Consumidor e de normas do processo coletivo. Das decisões de ambos os agravos, o Distrito Federal interpôs Recurso Especial, sendo

contrarrazoado pela Companhia. Em agosto de 2022 os recursos especiais foram inadmitidos. Atualmente, aguarda-se o trânsito em julgado dessas decisões para prosseguimento da fase de instrução. De acordo com nossos assessores jurídicos, este processo foi qualificado como de perda possível e seu valor atualizado em R\$ 63 milhões.

Processo Administrativo e Judicial – PMESP

I – PMESP – Processo Administrativo Pistola 24/7

A Companhia foi citada para apresentar defesa no processo administrativo promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Processo Sancionatório nº CSMAM002/30/16) no qual está sob discussão a possibilidade ou não de descumprimento parcial ou total de contrato para aquisição e fornecimento de 98.465 (noventa e oito mil quatrocentas e sessenta e cinco) armas de fogo, tipo pistola, modelos 24/7 e 640, entre os anos de 2007 e 2011. Em 18 de maio de 2020 foi publicada decisão que aplicou sanção à Taurus de multa no valor de R\$ 12,7 milhões, bem como de pena de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo por 2 (dois) anos.

Entretanto, a decisão sancionatória do processo administrativo foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através da decisão definitiva proferida na ação cautelar ajuizada pela Companhia, a qual determinou o retorno do processo administrativo para a fase instrutória. Em prosseguimento, sobreveio decisão administrativa, em 13 de novembro de 2021, acolhendo integralmente a proposta sancionatória proferida pelo Major da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em relatório aditivo datado de 12 de novembro de 2021, no sentido de aplicar multa contratual no valor de R\$ 25,1 milhões, assim como a pena de suspensão para licitar e contratar com a Administração por 2 (dois) anos. Dessa decisão, a Taurus interpôs recurso administrativo, obtendo o efeito suspensivo. Em 01 de dezembro de 2021 foi proferida a decisão de parcial provimento do recurso administrativo da Companhia, anulando a penalidade de multa e de suspensão de licitar e contratar, bem como determinando as providências para realização de perícia técnica independente nas pistolas. Atualmente, aguarda-se a adoção das providências para a realização da perícia técnica.

Segundo a avaliação jurídica, o risco de perda nesse processo administrativo é classificado como possível e seu valor atualizado em R\$ 25,1 milhões.

II - PMESP – Processo Judicial SMT 40

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu citação de processo judicial na qual o Estado de São Paulo requer a rescisão do contrato de fornecimento de 5.931 (cinco mil novecentas e trinta e uma) submetralhadoras modelos SMT 40 firmado em 2011 com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a devolução do valor pago na época, de R\$ 21,7 milhões, acrescidos de atualização monetária e outros consectários legais. A Companhia apresentou defesa no processo e, posteriormente foi realizada manifestação pela Fazenda Pública e Ministério Público. Proferida decisão saneadora, atualmente o processo aguarda a produção da prova pericial técnica.

De acordo com nossos assessores jurídicos, este processo foi qualificado como de perda possível, estimado em R\$ 28,7 milhões.

c) Processos Tributários:

Exceto em relação à ação tributária listada abaixo, nenhuma outra ação judicial se refere a valores individualmente significativos e/ou ainda estão em fase administrativa. Estes demais processos classificados como risco possível de perda, perfazem a quantia de R\$ 48,3 milhões.

Execução Fiscal – Município de São Leopoldo

O Município de São Leopoldo ajuizou execução fiscal que busca a cobrança do crédito inscrito em dívida ativa sob o n.º 2016/1997, relativo à cobrança de ISS referente ao período de apuração de janeiro de 2012 a dezembro de 2014. A Execução Fiscal tramita perante a 4ª Vara Cível da Comarca de São Leopoldo (RS) e o valor envolvido é de R\$ 19,1 milhões. O processo aguarda julgamento dos embargos à Execução Fiscal apresentado pela Companhia. O risco de perda neste processo é classificado como possível.

d) Outros processos

Djibouti

Existe ação penal que tramita sob segredo de Justiça na 11ª Vara Federal de Porto Alegre, contra dois ex-funcionários da Companhia e um cidadão iemenita, por suposta venda irregular de armas no ano de 2013 para o Governo do Djibouti, cujo destino final alegado seria o Iêmen. Embora a Companhia e seus administradores não sejam partes no

processo, tão logo a Companhia tomou conhecimento da ação penal, potencialmente lesiva à sua reputação, requereu e teve deferida sua habilitação no processo, na condição de interessada, com o objetivo de esclarecer ao juízo sobre os fatos de seu conhecimento e prestar o apoio necessário nas investigações. Não há efeitos estimados ou provisões sobre este tema que estejam ou devam estar refletidos nas informações financeiras intermediárias da Companhia nesta data.

e) Causas Ativas

A Companhia também possui o montante equivalente a R\$ 139,8 milhões em causas ativas, que se classificam como ativos contingentes, e que não estão reconhecidos contabilmente.

Deste total, R\$ 17,6 milhões são classificadas como Praticamente Certo, que se equivale a classificação provável (causas passivas), neste caso, considerando que é uma demanda “ativa” (apuração de eventuais créditos em favor da Taurus), o valor estimado provável é a título de ganho de causa. Abaixo são destacados os principais processos.

Ação Ordinária - Eletrobrás e União Federal (Fazenda Nacional)

A Taurus ajuizou ação ordinária contra a Eletrobrás e União Federal visando à correção monetária do empréstimo compulsório à Eletrobrás. Diante do êxito na demanda, em 20/10/2014, a Taurus ajuizou cumprimento de sentença apresentando cálculos dos créditos em seu favor que tramita na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, sendo o valor envolvido de R\$ 9,4 milhões. Após o deslinde da impugnação pela Eletrobrás, os autos foram retificados para que se procedesse a liquidação da sentença por arbitramento. Diante da decisão que determinou novos critérios, a Taurus interpôs Agravo de Instrumento, ao qual foi dado provimento. Em prosseguimento, os autos foram remetidos à Contadoria Judicial para providências de adequação dos cálculos aos termos da decisão do agravo. Retornados os autos da contadoria, houve a concordância dos cálculos pela Companhia, requerendo a homologação do valor apurado pela Contadoria Judicial, com posterior intimação da Eletrobrás para efetuar o pagamento do crédito remanescente. Intimada, a Eletrobrás apresentou impugnação aos cálculos. Atualmente aguarda-se o novo parecer da Contadoria Judicial para prosseguimento da liquidação do crédito pelo juiz. O prognóstico de ganho neste processo é classificado como provável.

Ação Monitória - Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Norte

A Taurus Helms ajuizou ação monitória objetivando a cobrança da Nota Fiscal nº18565, referente ao fornecimento de coletes à prova-de-balas em face da Fazenda Pública do Rio Grande do Norte. A referida ação principal tramitou na 1ª Vara da Fazenda Pública do foro de Natal/RN e foi julgada procedente para constituir o título executivo por quantia certa em favor da Taurus, com trânsito em julgado em 09 de setembro de 2016. O processo principal teve prosseguimento em apartado do cumprimento de sentença, no qual está sendo executado em favor da Taurus Helms o valor global de R\$ 3,7 milhões. O cumprimento de sentença foi parcialmente impugnado pela Fazenda Pública, sendo a Companhia intimada para adequação da sua planilha de cálculos aos critérios fixados na decisão. Apresentada nova planilha de cálculos pela Companhia, demonstrando diferenças devidas pelo Estado do Rio Grande do Norte, em agosto de 2022 sobreveio a sentença de homologação dos referidos cálculos, determinando a expedição de precatório complementar. Atualmente aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão. O prognóstico de ganho neste processo é classificado como provável e, atualmente, o valor envolvido é de R\$ 3,7 milhões.

Mandado de Segurança - Delegado da Receita Federal de Porto Alegre

A Taurus impetrou mandado de segurança em face do Delegado da Receita Federal de Porto Alegre, objetivando a exclusão das rubricas relativas ao aviso prévio indenizado, ao auxílio-doença, ao terço constitucional de férias, ao salário maternidade e às horas extras da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal prevista no art. 22, I e II, da Lei 8.212/91, bem como da destinada a terceiros. O Mandado de Segurança tramita na 14ª Vara Federal Tributária de Porto Alegre e o valor envolvido é de R\$ 2,5 milhões. O processo foi julgado parcialmente procedente, com deferimento da possibilidade de compensação dos valores já adimplidos correspondente às contribuições previdenciárias e das destinadas a terceiros sobre a verba de aviso prévio. Da decisão pelo deferimento, o impetrado interpôs agravo de instrumento, no qual foi proferida a decisão para inviabilizar a execução provisória. Atualmente o processo encontra-se em grau recursal aguardando decisão de Recurso Extraordinário interposto pela Companhia, estando sobrestado, aguardando pronunciamento final do tema pelo STF, bem como eventual juízo de retração pelo órgão julgador. O prognóstico de ganho neste processo é classificado como provável.

23. Instrumentos financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com os critérios presentes no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, quanto às características de fluxos de caixa e do modelo de negócio da Companhia na gestão dos ativos financeiros. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

a) Valor justo versus valor contábil

Os valores justos de passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	30-09-2022		Consolidado e Controladora	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	185.944	185.944	442.429	442.429
Debêntures	56	56	33.532	33.532
Adiantamentos de câmbio	396.723	392.479	217.350	215.168
	582.723	578.479	693.311	691.129

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo de títulos a receber, fornecedores, outras contas a pagar e adiantamento de recebíveis estejam próximos aos seus valores justos contábeis.

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias.

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos e idênticos, que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não), para os ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3: ativos e passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

24. Partes Relacionadas

A Controladora, as controladas e pessoas ligadas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes.

	Saldos das controladas em aberto com a controladora				Efeito de resultado das transações das controladas com a controladora			
	Ativo circulante (ii)	Ativo não circulante (iii)	Total de ativo	Passivo circulante (i)	Passivo não circulante (iv)	Total de passivo	Receita (v)	Despesa(v)
31 de dezembro de 2021								
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	572	-	572	14	5.101	5.115	-	237
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	-	-	-	623	47.244	47.867	-	1.150
Taurus Holdings, Inc.	16.882	-	16.882	16.279	-	16.279	675.141	3.422
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	641	10.523	11.164	384	-	384	-	3.460
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	25.999	25.999	-	-	-	622	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	6.585	4.159	10.744	1.903	-	1.903	2.238	-
	24.680	40.681	65.361	19.203	52.345	71.548	678.001	8.269
30 de setembro de 2022								
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	613	-	613	17	5.453	5.470	-	453
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	-	-	-	652	49.337	49.989	-	4.147
Taurus Holdings, Inc.	17.266	-	17.266	6.291	-	6.291	688.130	4.267
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	1.704	37.609	39.313	453	-	453	2.241	4.062
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	29.453	29.453	-	-	-	2.395	-
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	11.858	6.920	18.778	1.364	-	1.364	1.291	-
	31.441	73.982	105.423	8.777	54.790	63.567	694.057	12.929

(i) Refere-se a valores registrados nas rubricas fornecedores - R\$ 6.407 e demais contas a pagar - R\$ 2.371

(ii) Refere-se a valores registrados nas rubricas clientes - R\$ 21.641 e demais contas a receber - R\$ 9.800

(iii) Refere-se a valores registrados nas rubricas mútuos financeiros R\$ 73.982 com a controladora Taurus Armas S.A. e são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(iv) Representam contratos de mútuo R\$ 54.790 com as controladas Taurus Holdings, Inc., Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda., Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e Taurus Investimentos Imobiliários Ltda que são atualizados a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(v) Saldo comparativo com 30 de setembro de 2021

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc. referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano e operações de mútuos entre as partes.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., estas referem-se à compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

A empresa Taurus Investimentos Imobiliários é a empresa detentora dos terrenos e edificações onde ficam as sedes da Taurus Armas e Polimetal (RS) e Taurus Helmets (PR), além do terreno mantido para venda de Porto Alegre. As operações com essa empresa ocorrem através do pagamento de aluguéis e operações de mútuos.

Fundada em 1969 e sediada em Brasília, a Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições - ANIAM é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que representa a indústria e o comércio de armas e munições do Brasil e tem como Presidente o Sr. Salesio Nuhs que é também Presidente Global da Taurus Armas. A Taurus Armas S/A é uma associada desta entidade e realiza contribuições mensais conforme montante no exercício de 2022 demonstrado no quadro abaixo.

A Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE é uma associação civil sem fins lucrativos que congrega as empresas do setor de material de emprego militar com a finalidade de patrocinar, promover, e representar seus interesses e objetivos comuns, visando o engrandecimento social e econômico do País e atua no relacionamento entre as indústrias e os Órgãos governamentais, procurando agilizar e incentivar a comercialização, o desenvolvimento e a qualidade dos produtos brasileiros. Também atua no relacionamento entre as indústrias e os Órgãos governamentais, procurando agilizar e incentivar a comercialização, o desenvolvimento e a qualidade dos produtos brasileiros. Tem como vice-presidente do Conselho Diretor o Sr. Fábio Luiz Munhoz Mazzaro, que é também Presidente CBC, parte relacionada da Taurus Armas S/A.

A Taurus Armas S/A é uma associada desta entidade e realiza contribuições mensais conforme montante no exercício de 2022 demonstrado no quadro abaixo.

A Sociedade Brasileira para Conservação da Fauna (SBCF), tendo como mantenedora a parte relacionada CBC, é uma organização privada sem fins lucrativos que se propõe a estimular, junto aos governantes e à sociedade civil, a adoção de uma nova proposta estratégica a fim de buscar a conservação e o uso racional da fauna silvestre brasileira.

A SBCF tem como Presidente o Sr. Salesio Nuhs que é também Presidente Global da Taurus Armas e como Diretor Financeiro o Sr. Sérgio Sgrillo que também é Diretor Financeiro e RI da Taurus Armas.

A Taurus Armas S/A é uma associada desta entidade e realiza contribuições mensais conforme montante no exercício de 2022 demonstrado no quadro abaixo.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes e não são comparáveis com as praticadas com outras partes não relacionadas.

Em 30 de setembro de 2022, as operações envolvendo a Taurus Armas S.A. e suas Partes Relacionadas não consolidadas referem-se, principalmente, à venda de armas para comercialização, compra de munições, peças e acessórios. O montante dessas operações está demonstrado abaixo:

Taurus Armas S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2022

31 de dezembro de 2021

Companhia Brasileira de Cartuchos
 CBC Brasil Comércio e Distribuição
 GN Importações
 Taurus JM Indústria de Peças
 Joalmi Indústria e Comércio

Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (*)	Despesa (*)
9.697	10.821	-	17.079	37.791
264.772	2	-	479.511	-
-	-	-	343	7
2.640	-	1.651	16	37
247	-	-	-	124
277.356	10.823	1.651	496.949	37.959

30 de setembro de 2022

Companhia Brasileira de Cartuchos
 CBC Brasil Comércio e Distribuição
 GN Importações
 Taurus JM Indústria de Peças
 ANIAM - Assoc. Nac. da Ind. de Armas e Munições
 ABIMDE – Assoc. Bras. das Ind. de Materiais de Defesa e
 Segurança
 SBCF – Soc. Bras. de Conservação da Fauna

Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (*)	Despesa (*)
6.973	13.071	-	5.557	32.046
174.405	2	-	191.774	-
3	-	-	10	8
-	-	1.763	4	9.123
-	-	-	-	517
-	-	-	-	14
-	-	-	-	12
181.381	13.073	1.763	197.345	41.720

(*) Saldo comparativo com 30 de setembro de 2021

Plataforma de Marketplace

A Companhia opera em parceria com sua parte relacionada e controladora Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) uma plataforma de Marketplace.

Marketplace é o conceito mais coletivo de vendas online. Nessa plataforma, diferentes lojas podem anunciar seus produtos, dando ao cliente um leque de opções, as lojas, chamadas *sellers* nesta operação aderem a plataforma de Marketplace e pagam uma taxa pela utilização da plataforma e, também royalties sobre as vendas realizadas através da plataforma para o operador de Marketplace.

Na plataforma de Marketplace da Companhia, um dos *sellers* operadores é a empresa GN Importações Ltda (GN), que possui em seu quadro societário o Sr. Guilherme Nuhs, que possui grau de parentesco com o Presidente da Companhia Sr. Salesio Nuhs, desta forma parte relacionada.

A Companhia possui contratos formalizados para utilização e operação da plataforma em condições igualitárias de mercado para todos os *sellers* que aderem a plataforma dentro das condições estabelecidas pelas companhias Taurus e CBC, e desta forma a empresa GN aderiu as mesmas condições oferecidas aos demais operadores.

Nas operações realizadas pela GN na plataforma de Marketplace, a GN paga a taxa mensal pelo uso da plataforma de R\$ 500,00, sendo R\$ 250,00 para Taurus Armas e R\$ 250,00 para a CBC, e pelas vendas realizadas e utilização da marca, royalties de 20%, sendo que em exceções por necessidade de realização de alguma promoção de vendas e que esteja aprovada entre as partes, o percentual de Royalties poderá ser inferior.

Operações de diretores e conselheiros

Os diretores e conselheiros detêm percentual não material das ações com direito de voto da Companhia.

Remuneração de Diretores e Conselheiros

A remuneração dos diretores e conselheiros inclui salários, honorários e benefícios:

	Consolidado e Controladora	
	30-09-2022	30-09-2021
Remuneração e benefícios dos Diretores Estatutários	8.104	7.370
Plano de opção de compra de ações (Stock Options)	6.533	3.616
Remuneração e benefícios do Conselho de Administração	783	663
Remuneração e benefícios do Conselho Fiscal	309	223
	15.729	11.872

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável – É composta de remuneração de curto prazo (*phantom share*) e longo prazo (*stock option*) -

As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e permanência deles na Companhia.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo, ao mesmo, tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

Avais entre partes relacionadas

A dívida composta por empréstimos e financiamentos como debêntures, PPEs, KG Banco Itaú e ACCs do Banco Pine possuem um conjunto de garantias solidariamente concedido, formados por aval das empresas Taurus Helmets, Taurus Blindagens, alienação fiduciária Quotas, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, hipoteca de imóveis e ações da Taurus International de propriedade da Taurus Armas S.A. A dívida garantida perfaz o total de R\$ 331,4 milhões (R\$ 580,8 milhões em 31 de dezembro de 2021) para a Taurus Armas S.A.

A Controlada Taurus International possui limite de crédito junto a Instituição Bancária nos Estados Unidos Wells Fargo, limite que possui garantia adicional de Aval de sua Controladora Taurus Armas S.A.

25. Operações Descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como operação descontinuada ocorre mediante um plano de venda do ativo, ou quando a operação atende aos critérios estabelecidos pelo IFRS 5/CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e da demonstração do valor adicionado comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Embora as transações intragrupo tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a Administração optou por atribuir a eliminação de transações entre as operações continuadas e descontinuadas antes da alienação de forma a refletir a continuidade destas operações após a alienação, pois a Administração acredita que a informação é útil para os usuários das informações financeiras intermediárias. Para alcançar esta apresentação, a Administração da Companhia eliminou, a partir dos resultados das operações descontinuadas, as vendas entre segmentos (e custos decorrentes dessas vendas, menos lucros não realizados) feitas antes da sua alienação.

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas

	30-09-2022	30-09-2021
Receita líquida de vendas	-	-
Eliminação de receitas inter-segmentos	-	-
Receitas Externas	-	-
Despesas / custos / resultado financeiro líquido	(858)	(1.636)
Eliminação de despesas inter-segmentos	-	-
Despesas externas	(858)	(1.636)
Resultado das atividades operacionais	(858)	(1.636)
Impostos sobre o lucro	(1.360)	(254)
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social	(2.218)	(1.890)
Resultado por ação ON - básico (em R\$)	(0,017550)	(0,016150)
Resultado por ação PN - básico (em R\$)	(0,019220)	(0,020480)

O resultado das operações descontinuadas em 30 de setembro de 2022 é de R\$ -2.218 mil (R\$ -1.890 mil em 30 de setembro de 2021) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

(b) Fluxo de caixa proveniente das operações descontinuadas

	30-09-2022	30-09-2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.527	975
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.094)	(917)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	624	45
Caixa líquido gerado pelas operações descontinuadas	57	103

26. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 366,3 milhões (R\$ 308,2 milhões em 31 de dezembro de 2021), representado por 126.394.539 ações, sendo 46.445.314 ações ordinárias e 79.949.225 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 5 de outubro de 2018, a Companhia emitiu quatro séries de bônus de subscrição de ações, sendo cada bônus convertido em uma ação, a seguir a posição atualizada em 30 de setembro de 2022:

Tipo de Ação	QUANTIDADES			
	TASA11	TASA13	TASA15	TASA17
Valor de exercício	R\$ 4,00	R\$ 5,00	R\$ 6,00	R\$ 7,00
Vencimento da série	05/04/2019	05/07/2021	07/10/2021	05/10/2022
Quantidade de ações	24.899.874	20.000.000	20.000.000	9.000.000
Exercidas	13.148.993	19.925.599	19.913.827	8.717.908
Canceladas	11.750.881	74.401	86.173	-
À exercer	-	-	-	282.092

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os bônus executados foram convertidos automaticamente em capital, no total de R\$ 118,9 milhões, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 04 de novembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia redução do capital social da Companhia para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados registrados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. O montante do capital foi reduzido em R\$ 371 milhões.

Em 2022, até o dia 30 de setembro, os bônus executados foram convertidos automaticamente em capital, no montante equivalente a R\$ 58,1 milhões, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não dão direito a dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no seu artigo 5º, parágrafo 4º, as ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) Aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) Escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Ações autorizadas (em milhares de ações):

	30-09-2022	31-12-2021
Ações ordinárias	103.703	51.851
Ações preferenciais	207.405	103.702
	311.108	155.553

Ações emitidas e totalmente integralizadas:

	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil	Quantidade em milhares	Valor em R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2021				
ON - R\$ 24,51 - PN - R\$ 24,66*	46.445	1.138.367	71.654	1.766.988
Em 30 de setembro de 2022				
ON - R\$ 17,15 - PN - R\$ 16,36*	46.445	796.532	79.949	1.307.966

*Cotação de fechamento da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data.

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a dedução dos prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da mesma Lei. Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 15,1 milhões.

Reserva incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS e Fundopem. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 160/17 e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2022 o saldo é de R\$ 118,5 milhões (R\$ 92,6 milhões em 31 de dezembro de 2021). Até 2020 o valor estava alocado como redutora da conta de prejuízos acumulados. Em razão da reversão do saldo de prejuízos acumulados em lucros acumulados ocorrida em 2021, o saldo foi reclassificado para o grupo reservas de lucro.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 35% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições.

Dividendos propostos

A proposta de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 registrada nas informações financeiras intermediárias da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é assim demonstrada:

	2021
Prejuízos acumulados	(704.720)
Redução do capital social	370.965
Prejuízo pós redução	(333.755)
Lucro líquido do exercício	635.060
Lucro após absorção prejuízos acumulados	301.305
Destinações:	
Constituição reserva legal	(15.065)
Constituição reserva incentivos fiscais	(92.587)
Ajuste de avaliação patrimonial	631
Base para distribuição de dividendos	194.284
Dividendos obrigatórios (35%)	68.000
Dividendos adicionais propostos	126.284
Dividendos obrigatórios por ação	R\$ 0,575780
Dividendos adicionais propostos por ação	R\$ 1,069305
Total dividendos por ação	R\$ 1,645085

A proposta de remuneração aos acionistas foi encaminhada pela Administração à aprovação da AGO de 2022, no montante de R\$ 68 milhões (R\$ 0,575780 por ação), contempla o dividendo obrigatório oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício e da reserva legal, considerando que o pagamento é compatível com a geração de caixa no exercício e a sustentabilidade financeira da companhia é preservada. Os dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 126,3 milhões (R\$ 1,069305 por ação) estavam destacados em uma conta do patrimônio líquido até a aprovação de distribuição dos dividendos.

No dia 19 de abril de 2022 aconteceu a AGO, onde a proposta de dividendos foi votada e aprovada e o pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 29 de abril de 2022.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Custo atribuído (Deemed cost)

A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para a IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos.

Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das informações financeiras intermediárias de operações no exterior.

e) Resultado por ação

Numerador básico	Controladora e Consolidado	
	30-09-2022	30-09-2021
Resultado líquido das operações continuadas		
Ordinárias	147.414	170.546
Preferenciais	253.755	259.482
	401.169	430.028
Resultado líquido das operações descontinuadas		
Ordinárias	(815)	(750)
Preferenciais	(1.403)	(1.140)
	(2.218)	(1.890)
Resultado líquido do exercício		
Ordinárias	146.599	169.796
Preferenciais	252.352	258.342
	398.951	428.138
Denominador básico - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	46.445.314	46.445.314
Preferenciais	73.009.435	55.662.244
	119.454.749	102.107.558
Resultado básico por ação das operações continuadas (R\$ por ação)		
Ordinárias	3,17393	3,67197
Preferenciais	3,47565	4,66172
Resultado básico por ação das operações descontinuadas (R\$ por ação)		
Ordinárias	(0,01755)	(0,01615)
Preferenciais	(0,01922)	(0,02048)
Resultado básico por ação (R\$ por ação)		
Ordinárias	3,15638	3,65582
Preferenciais	3,45643	4,64124

Taurus Armas S.A.
Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2022

Numerador diluído	Controladora e Consolidado	
	30-09-2022	30-09-2021
Resultado líquido das operações continuadas		
Ordinárias	147.414	170.546
Preferenciais	253.755	259.482
	401.169	430.028
Resultado líquido das operações descontinuadas		
Ordinárias	(815)	(750)
Preferenciais	(1.403)	(1.140)
	(2.218)	(1.890)
Resultado líquido do exercício		
Ordinárias	146.599	169.796
Preferenciais	252.352	258.342
	398.951	428.138
Denominador diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	46.445.314	46.445.314
Preferenciais	73.009.435	55.662.244
	119.454.749	102.107.558
Potencial incremento nas ações em função do exercício de subscrições		
Ordinárias	-	-
Preferenciais	184.848	6.722.524
	184.848	6.722.524
Resultado diluído por ação das operações continuadas (R\$ por ação)		
Ordinárias	3,17393	3,67197
Preferenciais	3,46687	4,15938
Resultado diluído por ação das operações descontinuadas (R\$ por ação)		
Ordinárias	(0,01755)	(0,01615)
Preferenciais	(0,01917)	(0,01827)
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)		
Ordinárias	3,15638	3,65582
Preferenciais	3,44770	4,14111

f) Transações de capital

A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R\$ 40.996, o qual foi reconhecido no patrimônio líquido na conta transação de capital.

27. Pagamento baseado em ações

a) Planos de opções – *Stock Options*

Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui o seguinte acordo de pagamento baseado em ações:

Programa de opção de compra de ações (liquidável em ações)

No dia 26 de abril de 2021, a Companhia aprovou o Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia que deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

Em 18 de outubro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("2º Programa") incluindo a eleição do beneficiário deste 2º Programa. Foram observados os termos e as condições do Plano, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2021.

No dia 18 de maio de 2022, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração o Terceiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("3º Programa") incluindo a eleição do beneficiário deste 3º Programa. Foram mantidos e observados os mesmos termos e condições do Plano aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia no dia 26 de abril de 2021.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (vi) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a nenhuma indenização.

A despesa é registrada em uma base *pro rata temporis*, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. A Companhia reconheceu no resultado do período findo em 30 de setembro de 2022, o total de R\$ 6,5 milhões.

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o Black, Scholes & Merton. O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black, Scholes & Merton, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

(i) Quantidade de ações objeto das opções:

Ações Objeto das Opções de Compra		
	Espécie	Porcentagem
1° Programa de opção de compra de ações - 2021	Ordinária	33,33%
	Preferencial	66,67%
		100,00%
2° Programa de opção de compra de ações - 2021	Ordinária	33,33%
	Preferencial	66,67%
		100,00%
3° Programa de opção de compra de ações - 2022	Ordinária	33,33%
	Preferencial	66,67%
		100,00%
Total de opções de compra		2.565.000

(ii) Vida das Opções de Compra

Porcentagem do Total de Opções de Compra	26,11%	24,63%	24,63%	24,63%
Data de Exercício	30/04/2023	30/04/2025	30/04/2027	30/04/2029

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	1° Programa de opção de compra de ações - 2021	2° Programa de opção de compra de ações - 2021	3° Programa de opção de compra de ações - 2021
Valor justo na data de outorga	R\$ 24,14	R\$ 24,49	R\$ 20,38
Preço da ação na data de outorga	R\$ 20,82	R\$ 20,27	R\$ 20,27
Preço de exercício	R\$ 26,68	R\$ 25,43	R\$ 24,72
Volatilidade esperada (média ponderada)	89,81%	79,75%	67,56%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,97	4,53	3,95
Dividendos esperados	2,85%	4,05%	4,84%
Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)	7,78%	10,20%	12,28%

b) Pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*

Em abril de 2021, a Companhia outorgou 780.000 *phantom shares*, equivalentes ao mesmo número de ações preferenciais de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida as condições de *vesting*, qual seja: manter-se vinculado como Diretor da Companhia até o término do *vesting*, determinado para o mês de dezembro de 2021, o beneficiário teve o direito de receber o prêmio em 30 de dezembro de 2021. O valor da remuneração, em moeda nacional corrente, foi definido após o encerramento do pregão da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão do dia 17 de dezembro de 2021.

A metodologia de cálculo foi a média linear da cotação média da ação preferencial dos dias 13 a 15 de dezembro de 2021 multiplicado pela quantidade de *phantom shares*, com teto de R\$ 25,00 por ação.

O plano foi concluído e pago no dia 31 de dezembro de 2021. No total foram pagos os valores que representavam 710.000 *phantom shares* no valor médio de R\$ 24,19 por ação, totalizando R\$ 17,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o total reconhecido na despesa, incluindo encargos sociais representa o montante de R\$ 20,3 milhões. Não há previsão para nenhum plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa referente ao exercício de 2022.

28. Receita operacional líquida

De acordo com o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos.

A receita de contratos com clientes será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, aguarda-se o prazo de devoluções expirar para que seja procedido o reconhecimento da receita. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 45%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Vendas de produtos	2.462.505	2.416.351	1.727.266	1.520.547
Prestação de serviços	287	31	287	31
Total de receita bruta	2.462.792	2.416.382	1.727.553	1.520.578
Impostos sobre vendas	(514.336)	(491.971)	(374.606)	(338.832)
Devoluções e abatimentos	(6.329)	(4.270)	(4.669)	(1.288)
Total de receita operacional líquida	1.942.127	1.920.141	1.348.278	1.180.458

Em razão de suas vendas possuírem vencimento de curto prazo, sendo os efeitos do cálculo de ajuste a valor presente imateriais, a Companhia não realiza o ajuste a valor presente dos respectivos saldos.

29. Outras Receitas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Outras receitas operacionais				
Recuperação de Impostos	26.981	41.845	26.755	38.868
Subvenção governamental - COVID	-	15.481	-	-
Royalties	3.131	4.968	3.131	4.968
Alienação de imobilizados	48	1.210	5	335
Recuperação de despesas com fornecedores	5.927	2.955	5.914	2.925
Recuperação de créditos vencidos - PECLD	548	3.786	542	3.786
Outras receitas	4.661	6.321	4.694	5.908
	41.296	76.566	41.041	56.790

30. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(1.015.927)	(998.630)	(678.301)	(588.761)
Despesas com vendas	(189.773)	(167.375)	(71.133)	(58.314)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	(1.080)	(1.211)	(796)	(733)
Despesas gerais e administrativas	(157.351)	(149.452)	(92.042)	(90.661)
Outras despesas operacionais	(13.170)	(6.599)	(15.833)	(6.297)
	(1.377.301)	(1.323.267)	(858.105)	(744.766)
Despesas por natureza	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Depreciação e amortização	(23.371)	(21.647)	(11.354)	(9.579)
Despesas com pessoal	(268.138)	(277.217)	(203.827)	(199.080)
Despesas Tributárias	(6.941)	(9.623)	(3.383)	(6.750)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(663.833)	(657.174)	(395.429)	(348.788)
Materiais Auxiliares, conservação e manutenção	(79.056)	(67.465)	(76.798)	(65.539)
Frete e seguros	(104.529)	(96.832)	(52.704)	(44.193)
Serviços de terceiros	(53.057)	(41.740)	(39.851)	(32.678)
Propaganda e publicidade	(34.958)	(25.884)	(5.558)	(4.490)
Despesas com garantia de produto	(1.969)	(1.761)	(2.826)	(47)
Água e energia elétrica	(30.714)	(33.094)	(11.669)	(10.443)
Viagens e estadias	(7.769)	(3.074)	(5.574)	(1.834)
Despesas com comissões	(31.734)	(32.920)	(4.250)	(2.880)
Custo do imobilizado baixado	(221)	(3.429)	(178)	(243)
Riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(18.272)	(5.280)	(17.215)	(3.237)
Aluguéis	(5.173)	(4.524)	(8.138)	(6.500)
Outras despesas	(47.566)	(41.603)	(19.351)	(8.485)
	(1.377.301)	(1.323.267)	(858.105)	(744.766)

31. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro abrange principalmente a variação cambial sobre empréstimos e contas a receber e fornecedores e despesas de juros sobre passivos (empréstimos).

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	30-09-2021	30-09-2022	30-09-2021
Receitas financeiras				
Juros	8.618	1.332	13.621	1.902
Variações cambiais	261.637	168.155	259.668	166.297
Outras receitas	11.281	675	10.941	451
	281.536	170.162	284.230	168.650
Despesas financeiras				
Juros e Multas	(32.257)	(29.609)	(31.033)	(27.117)
Variações cambiais	(261.243)	(201.931)	(259.060)	(200.142)
Outras despesas	(9.774)	(7.933)	(8.863)	(7.022)
	(303.274)	(239.473)	(298.956)	(234.281)
Resultado financeiro líquido	(21.738)	(69.311)	(14.726)	(65.631)

32. Provisão para garantia de produtos

A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia, de acordo com histórico e os custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos adicionais, assim os valores são provisionados por competência. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30-09-2022	31-12-2021	30-09-2022	31-12-2021
Mercado Interno	7.829	8.003	6.362	6.535
Mercado Externo	10.117	10.443	-	-
Total	17.946	18.446	6.362	6.535
Passivo circulante	11.614	11.910	6.362	6.535
Passivo não circulante	6.332	6.536	-	-